



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMA: CRECHE

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13-06-15

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e com a presença deste Vereador e também do Vereador Toninho Vespoli, declaro aberta a audiência pública para debater o cronograma de geração de vagas dentro do Plano de Metas da Prefeitura de São Paulo, buscando sanar as demandas por seis EMEIs.

Informo que essa audiência foi publicada no *Diário Oficial* da cidade de São Paulo e no portal da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo ainda que essa audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditorios On Line.

Foram convidados a participar dessa audiência pública: a Secretaria Municipal da Educação e está presente a Sra. Joane, a quem convido a fazer parte da Mesa, representando justamente a Secretaria Municipal de Educação; a Secretaria Municipal de Licenciamento, pergunto se há algum representante da mesma? (Pausa); a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, pergunto se tem alguém presente da referida? (Pausa); a Secretaria Municipal de Gestão, igualmente pergunto se tem alguém da mencionada Secretaria? (Pausa) ausente; a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, pergunto se há alguém presente? (Pausa) também ausente; o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, alguém? (Pausa) ausente; os conselhos tutelares, há algum conselheiro tutelar presente? (Pausa) também registro a ausência do Conselho Tutelar; o Ministério Público do Estado de São Paulo; os Vereadores da Câmara Municipal foram também todos convidados e estão presentes este que preside a comissão, Vereador Reis e também o Vereador Toninho Vespoli, que é o Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes; as entidades da sociedade civil (Pausa), estão aqui representantes do Sipem, da Associação das Mulheres do Estado de São Paulo, da Pró-Moradia, (Pausa) mais alguma entidade?, o Fórum Municipal de Educação Infantil; a OAB

também convidada, alguém representando? (Pausa).

Bem, senhoras e senhores, por aqueles que foram convidados, e pela presença é possível perceber o compromisso que as pessoas têm com a Educação Infantil. Essa audiência foi pedida, foi negociada, inclusive, com o próprio Secretário que, aliás, nos pediu que fosse realizada hoje e, assim, pudesse estar presentes, mas, não pode vir por ter de ir inaugurar uma creche junto com o Prefeito na Cidade Ademar, no bairro Pedreira.

Vejam, os próprios educadores nos pediram que fosse realizada no sábado, a fim de que pudessem participar, mas percebemos como é difícil, e como a Cidade tem dificuldade a partir do próprio conjunto que forma a sociedade e da resposta para suas demandas.

Mas a Comissão de Educação, Cultura e Esportes tem de cumprir o seu papel, afinal ela é demandada pela sociedade civil e tem de fazer seu papel. Ela tem de cumprir com sua responsabilidade.

Então vamos abrir as inscrições para que as pessoas que desejarem fazer intervenções se inscrevam. Façam, por gentileza, suas inscrições com a assessoria técnica da comissão durante a apresentação da Mesa. E, em seguida, as pessoas inscritas poderão fazer suas intervenções.

Vou passar um pequeno vídeo do estudo que fizemos e, depois, passo a palavra ao Vereador Toninho Vespoli. Aliás, passarei a palavra a V.Exa. para fazer a saudação aos presentes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Pode passar o vídeo primeiro? Depois, passamos à Secretária Joane, representando neste ato o Sr. Secretário de Educação, para fazer a exposição.

Temos cerca de 236 mil crianças matriculadas nas creches de São Paulo. Segundo informações, há cerca de 105 mil pessoas na fila aguardando por uma vaga. Esse número já foi bem maior. Durante o ano este número vai oscilando e já chegou a 188 mil crianças.

A Prefeitura tem uma meta de 150 mil vagas para cumprir no mandato do Prefeito Fernando Haddad e a promessa de construção de 243 creches. É interessante essa questão porque eu trouxe até um vídeo que gostaria de mostrar da campanha do Sr. Prefeito que falava sobre creches.

Este é um tema emblemático e o Sr. Prefeito ainda tem prazo para cumprir. Mas vamos lembrar-nos do que aconteceu e continuar cobrando até o último dia deste mandato para que aquilo que foi falado seja cumprido.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Essa foi a promessa no período pré-eleitoral, antes da campanha, de 174 creches e não queremos que a oposição, em 2016, use esse discurso contra nós. Nós não queremos. Eu, particularmente, não quero. Queremos que essa promessa seja cumprida, que essas vagas em creches sejam criadas e que as creches que estão no Plano de Metas realmente sejam feitas até o final desta gestão.

Há uma distorção nos discursos. A cada hora surge um discurso diferente, por isso somos cobrados. O discurso, no primeiro ano da gestão, estava indo muito bem com as 243 creches. Agora, já passaram para 147. Essas 147 não chegam às 174, que foi a promessa eleitoral. As 243 estão acima daquilo que foi prometido.

Agora, temos de buscar resposta para esse mínimo para que esse direito que as crianças têm de ter acesso à educação infantil seja garantido. Vamos lutar para que esse compromisso realmente seja efetivado. Por isso que esta audiência foi convocada.

Já chamamos aqui a Secretaria de Licenciamento; o Secretário de Educação; o Secretário Marcos Cruz, de Finanças; o diretor de Edif, que cuida das obras. Queremos apurar as responsabilidades porque, às vezes, um fala que não funciona porque o outro trava. Então, estamos chamando todos os atores, vamos continuar chamando até que essas respostas sejam dadas.

Nesta semana, estive presente, na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a

Sra. Secretária de Licenciamento e S.Exa. falou que, na realidade, a quantidade de processos seriam em torno de 24. 14 já foram autorizados. Dos 10 restantes, três foram indeferidos e sete estão em análise, se não me engano, V.Exa. estava presente, mas foi isso.

Essa lógica de abrir creches com a iniciativa privada, como foi o caso do Carrefour, que havia oferecido uma hipótese de implantar algumas creches em seus estabelecimentos, ela falou que há empreendimentos que têm problemas e, por isso, não há como licenciar a creche se o empreendimento apresenta irregularidades.

O setor privado funciona assim: se ele tem problema, então diz: agora tenho como resolvê-lo com a Prefeitura, cedendo a creche para a Prefeitura, que me concede a licença. Mas a realidade é que, para que a Prefeitura conceda a licença, o empreendimento tem de estar de acordo com a legislação. Caso contrário, não terá a licença e, obviamente, a creche não será naquele empreendimento. Foi esse o nosso entendimento da reunião da Comissão de Educação com a Sra. Secretária de Licenciamento.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos. O papel da Comissão de Educação é de estar discutindo questões importantíssimas sobre as CEIs. E lamento as várias Secretarias que não enviaram os seus representantes para fazermos um debate mais qualificado, porque certamente, quando falarmos sobre as questões de financiamento, sem a presença das Secretarias respectivas, fica muito difícil conseguirmos aprofundar esse debate e chegarmos a um consenso.

Mas a Secretaria de Educação está aqui representada, então faremos o nosso papel e o debate necessário com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, nobre Vereador Toninho Vespoli. Tem a palavra a Sra. Joane, representando o Secretário Chalita.

A SRA. JOANE VILELA PINTO – Bom dia. Cumprimento o nobre Vereador Reis,

Presidente da Comissão de Educação; também o Vereador Toninho Vespoli, Vice-Presidente; saudar também os colegas da Secretaria de Educação, Srs. Fabio Renzo e também Valdir Sant'Anna; e cumprimentar também os movimentos: o Sinpeem, a Associação de Mulheres, o Fórum Municipal de Educação Infantil.

Realmente é um privilégio podermos debater as questões relacionadas às vagas da educação infantil.

Trouxe algumas imagens de crianças dos Centros de Educação Infantil da Prefeitura. Essas imagens estão autorizadas, é óbvio, e o vídeo exibido pelo nobre Vereador Reis coaduna absolutamente com a política do nosso país.

Quero lembrar que o atual Prefeito Fernando Haddad, quando Ministro da Educação, criou o Fundeb que permitiu que toda a educação básica fosse atendida.

Sou professora concursada de um município no oeste do Paraná e, desde 1986, sou professora da rede municipal e me lembro do período em que os professores de educação infantil não recebiam porque tínhamos apenas o Fundef, que era para professores do ensino fundamental. Então, o Município pagava os professores do ensino fundamental e não conseguia pagar, no prazo correto, os professores de educação infantil.

Isso foi um divisor de águas, porque com a implantação do Fundeb essa situação acabou e todos os professores da educação infantil até o final do ensino médio são contemplados, ou melhor, todas as políticas de educação são contempladas por meio do Fundeb.

Como lembrou o nobre Vereador Reis, a nossa demanda atual é de 105.000 crianças, a demanda manifesta não atendida. Esses dados são de 30/03, do sistema EOL, e ficam disponíveis a quem quiser acessá-los.

A demanda por ordem de crianças na lista de espera: Jardim Ângela, com mais de 7.000 crianças; e República, com duas crianças aguardando vagas. Esses dados serão mostrados nos gráficos que eu trouxe, alteram ao longo do ano.

O Município de São Paulo inicia o ano letivo com cerca de 80.000 crianças na lista de espera, porém, há uma taxa de crescimento mensal de cerca de 7%, então a cidade de São Paulo conclui com cerca de 180.000 crianças.

Dessa forma, se conseguíssemos criar 80.000 vagas no início de todo ano letivo, não haveria crianças aguardando vagas nas creches.

- O orador passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. JOANE VILELA PINTO – Esses são os dados desde 2007. Em março de 2007, havia 69.000 crianças matriculadas; a demanda era de 96.000 crianças. Em março de 2009, foram feitas 117 matrículas; em março de 2011, 191 matrículas; março de 2012, 204 matrículas; março de 2013, 211 matrículas; março de 2014, 219 crianças; e março de 2015, 237 crianças matriculadas nas nossas turmas de zero a três anos.

A demanda não aumentou tanto. Na verdade, houve por parte do Município uma ampliação na matrícula e a demanda oscilou de 96.000 crianças em março de 2007 para 105.000 crianças em março de 2015. Depois mostro esses dados no gráfico.

Como os senhores podem ver, a matrícula de creche tem uma curva sempre ascendente e, sempre no período da matrícula, há uma queda no gráfico, porém ela tem uma ampliação e os números aumentam sempre ao final de cada ano letivo.

Essas são informações do pré-escolar, as turmas de quatro e cinco anos, das redes de EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil. Em março de 2007, tínhamos 304.000 crianças matriculadas; em março de 2015, 205.000 crianças. A demanda de 2007 era de 56.000 crianças; e de 2015, 12.000 crianças.

Os senhores podem observar que, entre março de 2010 e março de 2011, houve uma diminuição no número de atendimentos. Isso aconteceu por conta da implantação do Ensino Fundamental de nove anos, quando as crianças de seis anos passaram a estudar nas escolas de Ensino Fundamental. Por isso que apresentamos essa diferença nos dados.

Hoje são 205.000 crianças estudando conosco, e são 12.000 na lista de espera.

Por conta do Plano Nacional de Educação, temos que atender toda essa demanda de pré-escola no próximo ano.

Esses são os dados no gráfico. A matrícula de pré-escolar na cor azul, e a demanda na cor vermelha. Essa demanda passou a ser estabilizada; e a queda vertiginosa, que se deu pela implantação do Ensino Fundamental para crianças de nove anos, como falou anteriormente.

Aqui demonstra o comportamento mensal das matrículas. Na cor azul, as matrículas de creche, que tem uma curva ascendente, embora não seja tão significativamente. E na linha vermelha são as matrículas de pré-escola, que é uma linha um pouco mais estabilizada do que a de creche.

Esse é o comportamento mensal da demanda de educação infantil, mês a mês. O pico que citei aos senhores, e a queda nos meses em que atendemos mais, ou seja, no início de cada ano letivo, quando há mais matrículas efetivadas.

Essa apresentação demonstra o esforço da Secretaria de Educação com relação ao atendimento dessa demanda. São três eixos estruturantes. O primeiro é o programa Meu Lugar, como lembrou o nobre Vereador Reis, é um programa que foi lançado recentemente pelo Secretário Gabriel Chalita, pelo Sr. Prefeito, que visa conversar com as empresas, a fim de que elas façam doações, ou locações, ou comodato.

Nós conseguimos êxitos nesse programa, inclusive da própria Câmara Municipal, que doará um espaço para a construção de uma unidade. Já temos contato com uma empresa, que construirá uma unidade. A própria USP também doará um terreno para o Município, e já tomamos as providências para essa doação, e um empresário vai construir nesse terreno da USP.

Temos também a entidade Cedro do Líbano, onde será construída também uma unidade pela Iguatemi. Enfim, são empresas que estão colocando-se à disposição para contribuir com o Município.

Estamos fazendo contato com várias empresas, e o nobre Vereador Reis lembrou muito bem de que existe um processo necessário de licitude para a construção, então não podemos construir em terreno apropriado, que não esteja dentro da legislação.

Agora vou mostrar a ampliação da rede por meio de construções, que ocorrerá por meio de três fontes de recurso: do próprio Tesouro Municipal; do Governo do Estado; e da União. Neste momento, 77 creches já receberam um recurso parcial para a construção.

Também a ampliação que ocorrerá por meio de convênios com as ONGs, entidades civis, que já nos atendem.

O programa Meu Lugar oferece algumas alternativas. Por exemplo, o empresário constrói em terreno próprio e firma um Termo de Comodato com a Prefeitura. Nesse Termo, o empresário não se desfaz do bem, ele constrói o equipamento no terreno dele e, ao firmar o Termo de Comodato, ele está emprestando o espaço para a Prefeitura. Ao término desse Termo de Comodato, o proprietário faz uso do terreno conforme a sua conveniência.

Temos uma alternativa em que a empresa pode construir e alugar para a Prefeitura o espaço, também a alternativa de um consórcio entre empresários que se unem para a construção de um equipamento, ou então os empresários constroem diretamente para a unidade, como é o caso da entidade Cedro do Líbano.

Estamos estudando também a parceria público-privada. Foi publicada recentemente uma Portaria, que dá conta de fazer os estudos, porque a Secretaria de Educação foi provocada por uma entidade, por uma empresa, que quer firmar essa parceria com o Município.

Temos ainda o Fumcad – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – por meio do qual as empresas podem contribuir com o Município.

Essas são as nossas construções, separadas por Diretoria Regional. Não sei se todos os senhores estão familiarizados, mas temos 13 Diretorias Regionais e trabalhamos com as divisões por meio delas.

No caso do Butantã, nós temos cinco unidades: um CEI construído, dois CEIs em obras; e ainda duas EMEIs em obras. Esses são os convênios que foram firmados, no período de 01/01/2013 até a data atual. Foram três unidades, e 277 vagas oferecidas na Diretoria Regional do Butantã.

No Campo Limpo, são 36 unidades. É claro que é uma Diretoria Regional maior, que também tem uma demanda maior, por isso o número de construções é maior do que a do Butantã. São quatro CEIs concluídos; sete CEIs em obras; seis com início em 2015, dos quais já tivemos ordem de início para dois CEIs. 11 EMEIs concluídas, cinco em obras, e 13 EMEFs concluídas.

Trouxe aqui o nome de todos os equipamentos. Se os senhores tiverem interesse, podemos olhar mais detidamente depois.

Ainda no Campo Limpo, foram ofertadas 1.960 vagas por meio de convênios novos. Não citei todos os equipamentos aqui, mas foram quase 2.000 vagas por meio de convênios.

Capela do Socorro: são oito novas unidades firmadas por meio de convenio; 1.615 vagas ofertadas, das quais 1.506 são de creche e 109 de pré-escola. São 14 unidades na Capela do Socorro, onde um CEI foi concluído; três estão em obras; cinco terão início agora em 2015; uma EMEI concluída; duas EMEIs em obras; e duas EMEIs com início em 2015.

Freguesia do Ó: são sete unidades; duas creches concluídas, uma em obras, duas com início em 2015 e duas EMEIs concluídas.

Guaianazes: quatro unidades; dois CEIs; um em obra, e uma EMEI concluída.

Ipiranga: quatro unidades; um CEI concluído; um em obra; uma EMEI concluída e uma EMEF concluída.

Nos convênios novos da DRE Ipiranga, são seis novas unidades, 794 vagas ofertadas.

Itaquera: são cinco unidades; também uma creche; duas CEIs em obra; e duas EMEIs concluídas.

Jaçanã: duas unidades, com início em 2015;

Penha: 11 unidades, sendo cinco creches concluídas, três em obras, duas com início em 2015, uma EMEI concluída e uma EMEI com início em 2015 também.

Água Rasa: duas unidades que tiveram novos convênios; e 178 vagas ofertadas.

Pirituba: 10 unidades concluídas; quatro CEIs concluídos; dois em obras; duas EMEIs concluídas; e uma EMEF concluída.

Não coloquei a relação de todas, mas são 22 unidades na Diretoria Regional de Pirituba. São 2.299 vagas ofertadas, sendo 2.174 de creche e 125 de pré-escola.

Dez unidades em Santo Amaro, no Centro de Educação Infantil, concluído. Seis com início em 2015, uma EMEI concluída, uma EMEI em obra e uma EMEI com início em 2015.

Pode passar.

Em Santo Amaro, três novas unidades conveniadas, 535 vagas, todas no Distrito do Jabaquara.

Pode passar.

Sete unidades em São Mateus, quatro Centros de Educação Infantil concluídos, um em obra, uma EMEF concluída e uma EMEF em obra.

Aqui está São Miguel.

Pode passar.

Relacionamos quais são as obras. Em São Miguel, 19 novos convênios, 2.354 vagas ofertadas.

Pode passar, por favor.

Esses são os endereços de São Miguel para acompanharmos. São 29 unidades em São Miguel, sete Centros de Educação Infantil concluídos, dez em obras, quatro EMEIs concluídas, uma EMEI em obra, seis EMEFs concluídas e uma EMEF em obras.

Pode passar.

Esse é o quadro geral das obras. Obras concluídas: 31 Centros de Educação Infantil, 26 EMEIs e 12 EMEFs. Em andamento, 33 creches, 11 EMEIs e duas EMEFs. Com início em 2015, reforço, algumas das 25, com início em 2015, já tiveram início e ainda quatro EMEIs. Temos então 89 creches, 41 EMEIs e 14 EMEFs.

Esses dados – queria deixar bem claro - são atuais, do dia 13 de junho. São 144 obras. É claro que esse número pode aumentar. É óbvio que não irá diminuir. Quero trazer um dado que considero significativo porque é claro que 144 obras ainda é um número aquém daquilo que desejamos, daquilo que precisamos e ainda daquilo que gostaríamos de fazer. Porém ainda é um número superior, por exemplo, se comparado à última gestão. Nos quatro anos da última gestão foram construídas 104 obras e já estamos, agora, depois de dois anos e meio, com 144 obras, considerando as que têm início em 2015.

Para encerrarmos essa primeira participação, gostaria de dizer que somando as 239 crianças matriculadas nas creches, nos Centros de Educação Infantil, com as 205 mil crianças matriculadas na pré-escola, atendemos hoje 444.941 crianças de zero a cinco anos. Isso representa, considerando o primeiro dia de janeiro de 2013, um aumento de 44 mil vagas. É claro que esse é um número que ainda está aquém das 150 que pretendemos, que queremos criar, mas já houve um avanço significativo diante da necessidade sempre grande da criação de vagas, repito, aliada à qualidade.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Sra. Secretária, dessas 44 mil vagas, quantas são para creche?

A SRA. JOANE VILELA PINTO - Bem lembrado, Vereador Reis. Exclusivamente de zero a três anos, criamos 37.367 vagas. De quatro a cinco anos, criamos 6.249 vagas. Então hoje, considerando 01/01/2013, que é o primeiro dia da nossa gestão, até os dias atuais, criamos 44 mil vagas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Dessas vagas, quantas são diretas e quantas são

conveniadas?

A SRA. JOANE VILELA PINTO - Não tenho esse dado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado. Anuncio a presença do Vereador Quito Formiga, integrante da Comissão de Educação.

As inscrições continuam para aquelas pessoas que querem fazer uso do microfone. Assim que terminar as falas dos componentes da Mesa, vamos abrir para o Plenário fazer suas intervenções.

Tem a palavra o Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Tenho uma dúvida. Gostaria de fazer uma pergunta para a Secretária. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Suspendo esta reunião por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Reabertos os trabalhos, anuncio a presença do Subprefeito de Itaquera, Sr. Maurício Luis Martins e o convido para fazer parte da Mesa.

Tem a palavra o nobre Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Secretária, bom dia. Teria um questionamento, uma única pergunta. Gostaria de saber, das creches já existentes, quais são preparadas para atender crianças com deficiências, principalmente as surdas, porque é nessa fase que a criança se apropria de sua língua e, no caso das crianças surdas, a língua materna é a Libras.

A SRA. JOANE VILELA - Essa é uma questão bastante importante. Todos os nossos equipamentos novos, os que foram construídos recentemente, estão perfeitamente adaptáveis, todos eles. Nós não construímos nenhum equipamento que não garanta a acessibilidade. Em relação às crianças surdas, na rede municipal existe possibilidade de contratação de professor que atende na língua materna que é Libras. Temos o professor de língua portuguesa, mas temos também o professor que atende em Libras.

O SR. QUITO FORMIGA – Quantos professores foram contratados, Secretário?

A SRA. JOANE VILELA – Você tem esse dado, Fábio? Quantos professores contratados, de Libras, recentemente?

- Fala fora do microfone.

A SRA. JOANE VILELA - Nos últimos anos, cento e poucos, segundo os dados aqui do Fábio.

O SR. QUITO FORMIGA – Teria como me passar uma...

A SRA. JOANE VILELA – Sim.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Neste caso, Vereador, V.Exa. teria que fazer um requerimento de informação, aí a Secretaria encaminha. V.Exa. pode fazer individualmente, como vereador, ou pela Comissão de Educação, a gente aprova o requerimento e encaminha.

O SR. QUITO FORMIGA – Pode fazer o requerimento na audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Se for individualmente, V.Exa. pode encaminhar direto. Se for pela Comissão de Educação, na reunião de quarta-feira a gente aprova.

O SR. QUITO FORMIGA – Pode encaminhar direto já, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem que fazer por escrito para a Comissão, aí a gente submete a votos.

O SR. QUITO FORMIGA – A Secretária falou dos últimos anos. Eu gostaria de saber desde quando e quantos professores...

O SR. PRESIDENTE (Reis) – É que como ela veio para falar de creches, para ela ter essas informações técnicas aqui acho que não teria condições.

O SR. QUITO FORMIGA – Eu entendo. É que essa causa me interessa muito, esses dados me interessam muito tomar conhecimento.

A SRA. JOANE VILELA – Eu só quero lembrar, Vereador, que temos oito equipamentos que são as nossas escolas bilíngues, escolas que atendem especificamente a comunidade surda.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Mas nós vamos encaminhar o requerimento, Vereador.

O SR. QUITO FORMIGA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Pela ordem, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Pelo que entendi, esses profissionais também dariam atendimento para os CEIs, é isso? E esses profissionais fazem atendimento só para os CEIs diretos ou para a rede conveniada também?

A SRA. JOANE VILELA – Não. A rede conveniada não tem ingerência da rede direta. A rede conveniada tem a atribuição e a incumbência da contratação desses profissionais. A nossa contratação seria exatamente por meio da rede direta, então é a rede direta que tem os profissionais que são da rede, que são professores concursados, enfim.

O SR. TONINHO VESPOLI – Estou falando isso porque tenho visitado várias unidades escolares e também alguns CEIs, CEIs diretos e indiretos. Quando o Quito levantou essa questão, várias vezes tenho ido e tenho dialogado com várias gestões de CEIs indiretos, pelo menos a gente não viu essa possibilidade, não viu esse profissional ou não viu isso. Então a Secretaria tem informação de quantos CEIs indiretos ou conveniados têm esses profissionais em seus quadros ou periodicamente? Vocês têm esses dados/

A SRA. JOANE VILELA – Olha, Toninho, é possível que a nossa diretoria responsável por essas informações tenha. Nós temos a Diretoria de Orientação Técnica que é responsável por esse setor, e nós temos um setor específico de Educação Especial, então é possível que tenhamos essas informações, sim. Hoje eu não as trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – João, tem mais inscritos?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – O Subprefeito de Itaquera quer fazer um saudação aos presentes. Nós vamos encerrar as inscrições após a fala do Subprefeito.

O SR. MAURÍCIO LUIS MARTINS – Bom dia. Gostaria de agradecer o convite do

Vereador Reis. Perdoe-me por não ter vindo paramentado, mas eu estava em Itaquera, hoje é aniversário do Conjunto José Bonifácio e vim direto de Itaquera para cá. É um prazer fazer parte da Comissão. Esta audiência pública é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Parabéns ao Conjunto José Bonifácio pelo seu aniversário.

O SR. MAURÍCIO LUIS MARTINS – Muito obrigado, Vereador. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Pela ordem, Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Sr. Presidente, estou tomando conhecimento agora de que não existe, no caso da minha pergunta anterior, o cargo de professor de Libras; o que existe são contratados para o cargo de instrutor pelo período de um ano. Nós precisamos de pedagogos com conhecimento de Libras. Na verdade, para creches de zero a três anos, eu gostaria de saber se nós temos o cargo de professor de Libras. É isso que eu gostaria de esclarecer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Professora Joana.

A SRA. JOANE VILELA – Eu acho que é uma excelente sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Então vamos fazer uma lei criando.

A SRA. JOANE VILELA – Acho que podemos pensar nessa questão do concurso.

O SR. QUITO FORMIGA – Acho que seria muito necessário que isso fosse providenciado, Sr. Presidente, porque é uma necessidade muito grande que temos hoje na nossa cidade, levando em consideração o número de crianças com esse tipo de deficiência. E a população da nossa cidade vem sofrendo muito com esse problema. Vamos fazer um projeto pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Pela ordem, Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Este é um debate muito importante não só para os CEIs. A Comissão de Educação tem feito, semanalmente, visitas a algumas escolas, CEIs e EMEIs. Individualmente visitei a EMEB Anne Sullivan e trouxemos a discussão para a

Comissão Educação, ou seja, hoje não tem um cargo específico. Foi apresentado um requerimento na Comissão de fazermos uma visita a essa unidade, a essa EMEB e quando o Secretário Chalita esteve na nossa Comissão, nós o convidamos para nos acompanhar nessa visita, e ele assim se comprometeu. O que a gente quer mesmo é mostrar para o Secretário as condições que você revê pelo contrato, porque do mesmo do Estado, às vezes esse contrato é prolongado, mas em algum momento ele tem que ser rompido para não dar direito trabalhista para aquele professor. Então aquela escola depois fica sem o instrutor bilíngue.

Então acho que essa discussão é bem premente, mas seria interessante, Vereador Reis, a gente priorizar essa nossa visita a essa unidade da Sermerb, porque aí com o Secretário eu acredito que a gente vai poder mostrar para ele as dificuldades que quando se rompe esse contrato as unidades ficam seis meses, oito meses, sem esse profissional. E como o Vereador Quito Formiga falou que aí tem que ser muito mais, porque na hora que a gente discute um pouco a função, nós temos que discutir também a questão pedagógica e não simplesmente ter um instrutor que não tem conhecimento pedagógico para conseguir fazer as atividades pedagógicas com as nossas crianças.

A SRA. JOANE VILELA PINTO – Só um momento, Vereador e Presidente, eu queria dizer que educação é tão importante que mesmo na audiência pública que nós vamos discutir a criação de vagas na educação infantil, a gente entre na temática de educação especial. Então a política de educação especial é uma política que ganhou fôlego, que ganhou projeção, que ganhou espaço grande nos debates da política educacional nos últimos anos. Então quando nós falamos na criança que precisa ter acesso à educação, nós falamos na criança surda, nós falamos na criança cega, nós falamos na criança que tem deficiência física, não é portadora de deficiência, uma criança que é deficiente, que tem uma deficiência física, e nós falamos também na criança que é surda e cega, que inclusive foi contemplada na nova minuta, enfim, no substitutivo do Plano Municipal de Educação e que também está prevista no Plano Nacional de Educação. Então é uma política extremamente importante para o município,

o que a rede que fazer é garantir o acesso e garantir a permanência de todas as crianças que têm deficiência. Então se a criança é surda e ela entra na rede, é dever do município atendê-la, porque ela precisa ser atendida na sua língua materna, que é Libras. A língua portuguesa é tratada como uma segunda língua, não é a língua materna, o Vereador lembrou muito bem.

Então, só para dizer dessa política do direito ao atendimento e dizer, inclusive, que a nossa criança de zero a três anos que é deficiente, ela tem prioridade no atendimento. Hoje ela entra numa fila, ela entra na fila prioritária para o atendimento na educação infantil e são três possibilidades de atendimento separado da demanda. Nós temos uma demanda, que eu mostrei aos senhores e senhoras, de 105 mil crianças, porém, nós temos três possibilidades de atendimento separado dessa fila geral, que é o primeiro quando há uma demanda judicial, primeira ordem de possibilidade de tirar da fila, demanda judicial, na segunda é quando a criança tem alguma deficiência, ela sai dessa lista e ela é atendida, quaisquer que sejam as deficiências, e terceira instância e não menos importante, a criança que está em situação de extrema vulnerabilidade, que é a criança que está no Programa Bolsa Família, porém ela está naquela situação de extrema vulnerabilidade, que tem uma faixa de renda de até 70 reais per capita. Então são as três alternativas que tira a criança dessa lista geral e entram no atendimento prioritário quando a criança tem essas três questões que eu citei.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agora vamos abrir para a intervenção do plenário. Cada um de vocês vão ter até quatro minutos para falar. Pode falar menos, não pode falar mais, porque com quatro minutos eu vou cortar, vou ser muito rígido e vou cortar o microfone. Então as pessoas podem falar até quatro minutos, pode falar menos, mas não pode falar mais por conta do cronograma nosso para o término da audiência. E quatro minutos acho que é um bom tempo. Talvez as pessoas quisessem mais, mas é o que vai dar para ser.

Tem a palavra o Sr. José Donizete do Sinpeem.

O SR. JOSÉ DONIZETE – Bom dia. Cumprimento o Vereador Reis, os Vereadores Quito Formiga, Toninho Véspoli, professor da rede municipal de ensino, a Sra. Joane,

representante da SME, o companheiro de Itaquera, que me fugiu o nome. Eu sou o Donizete, da diretoria do Sinpeem. O Sinpeem é o sindicato dos profissionais de educação do ensino municipal da cidade de São Paulo. Nós temos 27 anos de história, representamos desde a educação infantil, aqui chamada de creche, para nós CEI, até o ensino médio.

Eu queria fazer uma discussão aqui que o Sinpeem entende e compreende que a população precisa de vagas, portanto, é obrigação do Poder Público colocar essa vaga à disposição da população. Mas desde os anos 80 que as mães brasileiras lutam por creche nesse país. Começar a fazer um debate com a Sra. Joane.

A cidade de São Paulo tem creche ligada à Secretaria de Assistência Social desde muito antes do Fundeb, muito antes, tanto que a partir da LDB de 96, quando a educação se transformou na primeira etapa da educação básica, a cidade de São Paulo, ainda no Governo Pita, fez a transição de alguns equipamentos que eram da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação. E aqui entra o debate que o Vereador Quito formiga começou a colocar, a qualidade. Eu fiquei assombrado com a quantidade de dados. Não foi possível, de uma maneira rápida, interpretar toda aquela quantidade de dados, mas essencialmente a senhora representante de SME só falou em qualidade duas vezes.

Porque, veja bem, a opção da Secretaria Municipal de Educação é atender as nossas crianças de zero a cinco anos e 11 meses nos convênios. Aqui tem uma boa declaração de intenção com a iniciativa privada. Mas a iniciativa privada trabalha em função de lucro, ela não vai dar nada para o Poder Público. Então hoje a Câmara Municipal perde uma oportunidade ímpar. Ao discutir o Plano Municipal de Educação, em estabelecer a qualidade definitiva para educação infantil na cidade de São Paulo, rompendo com dois sistemas que existem hoje na cidade de São Paulo, as creches conveniadas e os CEIs direto, os chamados CEIs diretos e CEIs indireto. A política de SMV é convênio e convênio não tem qualidade. Eu diria aqui para a técnica da Secretaria Municipal de Educação que nós não temos outro tipo de trabalho com competência nos CEIs conveniados. Por quê? Porque lá é convênio. Você faz o

contrato com as ONGs, com as igrejas, com os credos mais diferentes, com alguns companheiros e companheiros que você entrega e não tem condição de aferir qualidade.

Então o que temos que defender aqui? Eu não estou no mérito se o sistema é melhor ou pior, eu estou dizendo que coexistem dois sistemas e essencialmente um sistema direto tem condições de trabalho de carreira, ingresso por concurso público, melhor do que o sistema indireto das creches conveniadas. Estou dizendo que os dois sistemas persistem e a administração pública tem uma boa oportunidade para cumprir o Plano Nacional de Educação e aplicar aqui no Plano Municipal de Educação e num tempo razoável, de cinco ou seis anos, transformar todos os trabalhadores em educação em trabalhadores concursados, com os mesmos direitos de carreira, com as mesmas condições de trabalho. E só existem três escolas de formação especial, as chamadas Emebes na rede municipal de ensino e falta em toda rede, seja direta ou indireta, condições de qualidade para os nossos alunos, formação. O que nós temos é o Cefai, que cuida dos alunos com inclusão, Vereador Formiga. Esse profissional não tem esse cargo, que eu saiba, na rede pública, por concurso, eu desconheço que exista na rede conveniada. O que nós temos é o Cefai, o Centro de Formação e Acompanhamento a inclusão, com sérias dificuldades de atendimento à rede direta e que não atende a rede indireta.

Eu insisto com os companheiros da indireta, eu não estou discutindo a qualidade, eu estou dizendo que existem dois sistemas e eles precisam chegar num determinado momento que estejam juntos e garantam aos trabalhadores os mesmos direitos que você tem como trabalhador concursado para o trabalhador contratado por CLT.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Jane Lira, representando o Programa de Desenvolvimento de Área de Sampa Sul.

A SRA. JANE LIRA – Bom dia a todos e todas presentes. Vim participar dessa audiência porque nós somos do Distrito Jardim Ângela e estamos na divisa do Capão Redondo. Muitos dos equipamentos que estão sendo construídos ou terrenos indicados para a

construção de seis EMEIs não estão sendo contemplados nas nossas demandas. Então, eu visitei 17 equipamentos, um onde 210 vagas foram proporcionadas para as crianças que são moradores do Valo Velho, Parque Independência, Janguadeiro e Morro do Índio, então, essas crianças não estão podendo ter acesso a esse equipamento, a sua vaga porque eles não tem nem transporte público, nem o transporte de educação gratuito para as crianças.

A minha preocupação é para quem estamos fazendo essas creches? Ou estamos tentando fomentar os equipamentos que estão em falta dentro da educação infantil e vamos ter os equipamentos e não vamos ter as crianças usufruindo desses espaços. Então, a minha preocupação é perante esses equipamentos, onde estão sendo construídos, não estão sendo centralizados onde temos as maiores demandas específicas da nossa região. Uma vez que a nossa região é de área de mananciais. Quando vamos discutir, as pessoas falam que é área de mananciais e que não pode construir equipamentos públicos, mas chega a especulação imobiliária empresarial daí conseguem fazer algo do tipo.

Como o companheiro disse, quando se tem lucro, a gente consegue tudo, quando é para beneficiar a população, aí é área de mananciais, não pode, porque daí tem a parte do verde, então, há uma série de questões burocráticas dentro da nossa região tanto do distrito do Jardim Ângela, quanto São Luis, Capão Redondo, Campo Limpo. Campo Limpo ainda é menor a vaga, mas a vaga maior que está em aberto para as nossas crianças são as crianças do distrito do Jardim Ângela. Então, estava conversando no início, que uma placa para nós que somos moradores dos distritos que as vagas são gritantes não é indicação que ali dentro de 200 e poucos dias vai ser construída uma EMEI. Para o nosso povo a leitura é tijolo sobre tijolo, não é placa.

Então, temos muitos equipamentos que já estão com placas, mas já venceu o prazo, não foi concluído, então, esse documento que fiz e entreguei para o Vereador Reis foi uma demanda que veio do Ministério Público, da Defensoria Pública, juntamente com o Creche Para Todos, que temos no Instituto Padre Josimo. Então, esse documento vai ser levado para

o Ministério Público porque a maioria da nossa população está para conseguir a vaga e estão acionando a Defensoria Pública, então, querem uma resposta a respeito disso. Tanto que as pessoas estão procurando a Defensoria Pública, é o que está acontecendo, sendo que temos todas essas metas na área da educação para serem cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Miriam, do Fórum Nacional de Educação Infantil.

A SRA. MIRIAM – Bom dia a todos e todas presentes. É preciso considerar que o plano de expansão das vagas no centro de educação infantil e escolas municipais de educação infantil da rede municipal de São Paulo deva ser acompanhado de um posicionamento claro a respeito de qual educação a Cidade irá proporcionar às crianças.

A expansão do acesso não pode ser desvinculada da necessidade de garantir um ambiente de qualidade que promova uma educação integral e humanizada às crianças pequenas, considerando como eixo central o seu bem-estar e o seu desenvolvimento.

As novas instituições devem garantir os direitos preconizados das crianças, promovendo a atenção especial no período de adaptação, proteção e afeto, atenção individual, ambientes acolhedores, aconchegantes e seguros, integração entre educação e cuidados, contatos com a natureza, movimentos em espaços amplos, acesso às diferentes linguagens humanas de modo a ampliar a sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão e ambiente lúdico que promova brincadeiras continuadas.

O Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo coloca-se à disposição para coletivamente enfrentarmos esse desafio de garantir o direito constitucional das crianças pequenas a frequentar instituições de educação infantil com qualidade, lembrando que não se trata apenas de garantir 150 mil novas vagas, trata-se do direito de 150 mil crianças de terem um bom atendimento nas seis EMEIs em São Paulo.

Assim propomos:

1 - Canal sistemático de encontros trimestrais entre SME e o Fórum de Educação

para a discussão do plano de expansão de vagas.

2 – Priorizar vagas para as crianças entre zero e três anos.

3 – Considerar o resultado das avaliações dos indicadores de qualidade da educação infantil paulistana para subsidiar o plano de expansão, articulando ATP e DOT.

4 – Promover seminários regionais sobre a expansão da educação infantil na Cidade em parceria com o Fórum Municipal de Educação Infantil.

5 – Incluir as famílias em todos os níveis de debate, possibilitando e facilitando acesso a todas as informações.

6 – Promover transparência no financiamento das novas vagas, respeitando normas, legislações e regulamentações existentes a nível municipal e nacional.

7 – Construir um modelo de CAQUI.

8 – Envolver os conselhos de direito tutelar de crianças e adolescentes e educação no debate e monitoramento do plano de expansão.

9 – Articular o plano de expansão de vagas na educação infantil a uma política de rede de proteção à infância, garantindo atenção especial às crianças com deficiência e em situação de alta vulnerabilidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Ivaníria Andrade, do Sedin.

A SRA. IVANÍRIA ANDRADE – Bom dia a todos e todas presentes, em nome do Vereador Reis, cumprimento toda a Mesa. Tenho que concordar um pouco com a fala do meu amigo sindicalista Donizete que realmente vocês estão perdendo uma boa oportunidade de deixar que a educação infantil seja realmente totalmente da rede direta porque, afinal de contas, a verba pública é para o bem público, não discriminando os conveniados porque sabemos que temos conveniados excelentes, mas, ao mesmo tempo, sabemos que algumas foram fechadas por não fazerem o atendimento com qualidade na gestão do Sr. Secretário Cesar Calegari. Sabemos que muitas foram fechadas por não atenderem a tal qualidade que

brigamos tanto e que realmente, principalmente, no que diz respeito à inclusão que o Vereador Quito Formiga levantou.

Eu, que sou profissional no CEI há 25 anos, sei que essa questão dentro do CEI não acontece. Nós, profissionais dos CEIs, é que temos de averiguar, de olhar para ver se a criança tem necessidade especial e pedir o seu encaminhamento. Não há qualquer assistência. Mesmo o CEFAl não atende os Centros de Educação Infantil, atende da pré-escola em diante, e mesmo assim a deficiência é muito grande.

Quero também falar sobre a demanda para atendimento das crianças. Acho que nós temos de pensar: quando se fala em qualidade, o CEI não é depósito de criança. Quando se fala em qualidade, temos de pensar: como vamos atender a demanda e como redistribuí-la?

Há alguns CEIs que estão sendo construídos, outros estão sendo concluídos, e gostaria de saber se todos serão conveniados. Porque o que mais está acontecendo é que tudo vai para os convênios, sucateando as diretas, pois nós temos problemas de recursos humanos nos CEIs diretos. E para atender a demanda, estão fazendo lotações nas unidades diretas e não estão dando os profissionais, principalmente quando se trata da questão da inclusão, a deficiência é muito grande.

Quando se fala em demanda judicial, da criança portadora de necessidade especial, na vulnerabilidade, matricula-se a criança numa unidade direta, mas não há profissional para atendê-la, principalmente quando se trata de inclusão. Quando se fala em inclusão, não é criança surda, cega, acho que temos de falar de inclusão no geral porque todas elas passam pelo Centro de Educação Infantil, e não há o profissional para nos auxiliar. Você pode recorrer a qualquer lugar, e o CEFAl só atende da pré-escola para cima. Os Centros de Educação Infantil nunca tiveram até hoje, dentro do meu conhecimento, quem assuma as práticas pedagógicas nos Centros de Educação Infantil, eu nunca vi. Quero ver se vai acontecer agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Para conhecimento da Taquigrafia, e a devida correção, o nome é Sra. Ivaníria Andrade.

Anuncio que as Notas Taquigráficas desta audiência pública serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Sr. Prefeito Fernando Haddad e ao Sr. Secretário de Educação.

Tem a palavra o Sr. Helon.

O SR. HELON – Bom dia a todos os Vereadores, bom dia Secretária.

Tenho uma preocupação. E os maiores interessados, o Fórum da Criança e do Adolescente, o CMDCA, os conselheiros tutelares, os gestores dos CEUs, e da minha região, vejo poucos aqui, e eles deveriam estar presentes. Mas eu tenho preocupação com as creches que estão sendo construídas.

Na minha região, Jardim Mitsutani, há uma creche sendo construída e ela custou, o terreno custou 450 mil reais, só o terreno. Sendo que ao lado em que está sendo construída, há um sacolão, desativado desde a época da Luiza Erundina, que está sendo invadido. Há três meses, a Subprefeitura do Campo limpo pagou 30 mil reais de conta de água, para a Sabesp, por causa da ocupação nesse local. Nesse local podia estar sendo construída a creche. Também, ao lado desse sacolão, há outro terreno ocupado não por movimento de moradia organizado, e também poderia ter sido construída creche. Agora, fico imaginando, 450 mil reais pagos num terreno para construir essa creche, depois vai passar a creche também para os conveniados? Essa é uma preocupação.

Gostaria de saber, e as outras creches que estão sendo construídas na cidade inteira, esses terrenos também estão sendo comprados de particular e depois vão passar para os conveniados? Essa é a minha preocupação.

Obrigado pela oportunidade, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Joélia Aguiar, do Sedin – Sindicato da Educação Infantil.

A SRA. JOÉLIA AGUIAR – Bom dia Sr. Vereador Reis; bom dia Joane, Secretária

Adjunta, e bom dia a todos os Vereadores.

Sou a Professora Joélia, sou vice-presidente do Sindicato de Educação Infantil do Município de São Paulo, da rede pública municipal.

Hoje eu ouvi a Joane, Secretária Adjunta, explanando sobre o atendimento na Educação, na Educação Infantil da Secretaria Municipal da Educação e do Governo Fernando Haddad. Confesso a vocês que a nossa luta no Sedin – Sindicato da Educação Infantil é muito grande. Transitamos da rede da educação infantil para a Educação do Município de São Paulo, no ano de 2003. Naquele período estabelecemos qualidade na rede: formação de professores, em maiores equipamentos públicos na cidade de São Paulo, ou seja, nos CEUs atendendo 300 crianças na educação pública e de qualidade.

Enquanto profissional da educação pública de qualidade, professora, concursada da rede, era o que esperava até então – e continuo esperando – do nosso Prefeito Fernando Haddad, Ministro do MEC, respeitado no País inteiro.

Eu sei que aqui há convenio, e não desclassificando os convênios, mas educação tem que ser pública e de qualidade.

Quando o Vereador Reis perguntou a nossa Secretária Adjunta, quanto é convenio, quanto é público, ela não tem o dado. Mas eu sou dirigente sindical, nós do sindicato visitamos as unidades da cidade inteira, não tem público, tem só convênio. Não quero dizer que não haja convênios com excelência, mas quero dizer que não há política hoje no Governo para construção de equipamentos com espaço, e num ambiente adequado, com qualidade. E o pouco que construiu, terceirizou. Infelizmente, sei que há crianças de EMElis no convênio.

Então o ano que vem, 2016, é o ano da universalização da educação infantil, da obrigatoriedade do atendimento público de qualidade.

Gostaria de perguntar o seguinte: se as nossas crianças de 4 anos, financiadas também, irão para os convênios? Confesso que estou decepcionada.

Só uma coisa, Vereador Reis, a lei 10.630, que obriga a Prefeitura a colocar

profissionais, por exemplo, como o que ensina Libras – e as diferenças são muitas e muito maiores do que audição, há outros portadores de necessidades especiais que são atendidos na rede pública - o prazo são 10 anos para cumprir a lei, e principalmente o profissional de Libras. Em Minas e em outros estados e municípios já é cumprido, e a lei tem mais de 12 anos. Na rede pública, São Paulo é referência para o País, já deveria ter.

Então enquanto Câmara Municipal de São Paulo, enquanto Sindicato, eu falo o seguinte, eu uso sempre a frase: vamos apertar o cérebro do Governo, para fazer acontecer.

Deixo aqui este registro porque quando a Joane disse que não tem esse número do público é porque não se inaugurou nos últimos anos do Governo Centro de Educação Infantil público, é só “convenimento”. E isso não é garantir qualidade no atendimento para as nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Salvador de Miranda do Capão Redondo.

Anuncio a presença do Sr. Cláudio, Coordenador da Juventude da Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. SALVADOR DE MIRANDA – Vou falar rapidinho, estou sem voz, estou fazendo fonoaudiologia.

Quero dizer a vocês que estou na Saúde Pública há 40 anos, mas estou vendo que esta audiência não é para falar da Saúde, mas temos um pequeno problema no Hospital do Campo Limpo. Do dia 20 para cá a Mãe Paulistana faltou com enxoval para as crianças, etc. Então fizemos um panfleto para o Campo Limpo e se vocês quiserem adquirir comigo, estou ali na frente.

Agradeço muito a Mesa, o Vereador Reis, todos os secretários, e na questão da Saúde, fiquei satisfeito dele falar sobre a visita nas creches, nas escolas porque não estão boas.

E o que tem para dizer a respeito da Saúde, e é o terceiro Governo nosso no

Município de São Paulo, mas sempre fomos mau na Saúde e continua mau. Vamos esperar que daqui para 2016, a gente enriquece, cada vez mais.

Esta audiência, o que está passando sobre as creches, e mais alguma coisa, isso vai me enriquecer muito porque eu sou conselheiro em São Paulo todo, sou conferencista. Já fiz a conferência municipal, vou fazer a estadual no dia 22, no Anhembi, e depois partir para a conferência nacional.

Agradeço a todos vocês. Minha fala está devagar, mas eu tenho bastante coisa para dizer. Espero melhorar a minha voz porque a conferência está chegando, e na conferência a gente esclarece. E as falas aqui foram, para mim, um enriquecimento porque tudo que estão nos passando, vamos fazer tudo de novo assistindo a conferência estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Sandro Rosa da Conceição, Conselheiro Tutelar do Campo Limpo.

O SR. SANDRO ROSA DA CONCEIÇÃO – Bom dia a todos, à Mesa. Quero parabenizar o Vereador Reis e os Vereadores Toninho Vespoli e Quito Formiga, e indicá-los como os Vereadores Amigos da Criança da cidade de São Paulo, pelo empenho pela criança e pelo adolescente da cidade na condução dos trabalhos da Comissão de Educação.

Sou Conselheiro Tutelar da região do Capão Redondo, Campo Limpo, Vila Andrade e região de Paraisópolis.

Secretária, são muitos números, gráficos e bastantes informações, então fica difícil a gente se ater a tanta coisa neste momento, porque o Vereador determinou quatro minutos, e temos tanta coisa para falar, tanta angústia a ser exposta aqui, mas infelizmente neste momento não vai dar. O que eu e outros conselheiros temos visto é a angústia das mães da periferia na busca desesperada por vagas em creches para seus filhos, para que tenham estímulos cognitivos e também proteção, porque a creche é um local de proteção para essas crianças.

Quero também conclamar o Prefeito Haddad a não incorrer no erro dos dois últimos governos desta cidade. Não é exagero dizer que é uma imoralidade, é um crime praticado contra a primeira infância, é um crime o que se está fazendo contra a criança da Cidade, num estado rico como este. Vivemos essa angústia, esse desespero em busca de um local para colocar as crianças na primeira infância.

Quero também, Secretária, saber qual a participação do Governo do Estado de São Paulo na solução desses problemas. Será que o Governo do Estado não tem nada a ver com as crianças da Cidade? Sabemos que o Governo Federal está se empenhando, o Governo municipal, a senhora mostrou os gráficos, neste momento em que uma corrente de pensamento na sociedade está achando que suprimir os direitos da criança e do adolescente vai resolver nossos problemas. Eu me pergunto se se discute lá a supressão dos direitos, enquanto este vereador, esta comissão e nós estamos aqui desesperados pedindo que se criem espaços de proteção para essas crianças.

É preciso ter um pouco mais de sensibilidade em relação a isso. O que está acontecendo com a nossa sociedade? É uma pergunta que precisamos fazer a nós mesmos e a todos. Aonde vamos chegar com isso? O que queremos para as nossas crianças, para os nossos jovens? Suprimir direitos, ficar nesse desespero tentando achar uma desculpa para não criar o espaço de proteção.

Isso é angustiante, Vereador Reis, é terrível para nós que militamos na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Cadê a participação das pessoas envolvidas? Na última conferência da criança e do adolescente nós pedimos que as escolas, que a Educação participe. Por que só a Assistência Social, os conselhos tutelares, o CMDCA? A Educação não participa.

Quero também dar uma sugestão em relação ao Funcad, Secretária, Vereador. Quem sabe o que significa o Funcad? O empresário sabe como participar? Pode ser um caminho de recursos para conseguir criar essas vagas em creches que estamos pedindo.

Quero conclamar todos a continuarmos a luta para acabar com essa imoralidade, esse crime contra a primeira infância das crianças da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Sra. Elisângela, Fórum Municipal de Educação Infantil.

A SRA. ELISÂNGELA – Bom dia. Sou Elisângela, minha formação é em psicologia, milito há muito tempo na área da infância e da adolescência em São Paulo e Guarulhos, e estou no Fórum de Educação Infantil.

Eu aprendi com meus ancestrais que, para lidar com as angústias que o conselheiro trouxe, para lidar com a depressão, a gente faz o enfrentamento. É isso que o Fórum vem fazendo. Somos poucas. A gente sempre convida as pessoas a participar do Fórum justamente para fazer o enfrentamento. Pedir, solicitar a gente solicita, mas a gente faz com enfrentamento. Hoje eu vim para fazer o enfrentamento por meio de algumas perguntas para a Joane e para ajudar o povo que está sofrendo, pedindo. A gente nunca conseguiu nada só com solicitações e lamentos; a gente enfrenta.

Que bom que o conselheiro está aqui, porque são violações de direitos sistemáticas que vêm acontecendo com as famílias. A gente fica se dividindo com essa questão do “convenimento”, da direta, se pegando entre a gente, e esquece uma coisa que na academia a gente estuda. Eu sou pesquisadora do mestrado de Psicologia Social. A gente esquece a criança. Para a gente não perder, o Fórum fez um seminário: Desafios para a Política de Educação Infantil na Rede Municipal de São Paulo. A gente não pode permitir que isso continue acontecendo. As perguntas são para respostas e para ação. É isso que o Fórum vem fazendo. Não é fácil e não é dado. Tem que fazer o enfrentamento e foi isso que eu aprendi com meus ancestrais. Nem preciso contar as histórias de resistência do povo preto.

Então vamos às perguntas. Qual é o plano de governo para a formação dos professores que farão atendimento às crianças nos novos equipamentos, tanto na rede direta como na indireta e conveniada? Isso é monitoramento que a gente tem que fazer. O

enfrentamento é com dados e, se não trouxer, a gente traz.

Como essas novas unidades irão garantir a perspectiva da gestão democrática? Como está o financiamento para o plano de expansão? Como é que está a transparência? Como garantir que a adaptação dos prédios considere o documento *Parâmetros de Qualidade no Espaço de SME*, a ser lançado ainda neste ano? Como é que a gente vai fazer isso? Onde está o documento? A gente tem que saber. Não é dado. Como serão atendidas as crianças com necessidades especiais? Vão ampliar a rede do Cefai? Como será a ampliação do quadro de supervisão escolar para atender a essa nova demanda?

Vamos tentar não desonrar quem veio antes da gente, quem lutou antes da gente, e vamos tentar caminhar, mas com enfrentamento. O Fórum está disposto a fazer esse enfrentamento. A gente fez o seminário aqui e a gente não pode perder tempo fazendo solicitações, a gente tem que ir para o enfrentamento.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Sra. Sara Rosembach, mãe. (Pausa)
Não está presente. Sr. Fábio Renzo, da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. FÁBIO RENZO – Bom dia. Quero cumprimentar os vereadores na pessoa do Vereador Reis; Professora Joane, Subprefeito.

Há uns 15 ou 20 dias, na Comissão de Finanças, presidida pelo Vereador Police Neto, cuja relatoria estava nas mãos do Vereador Paulo Fiorilo, a gente tentou discutir financiamento de educação e acabou tendo que ficar horas discutindo questões de outra natureza. É lógico que as audiências públicas são abertas e a gente tem esse pleno direito, mas a gente acaba perdendo a chance de discutir os temas aos quais a gente tentou se direcionar.

Nesse sentido, quero aproveitar estes poucos minutos para dizer que São Paulo... É lógico que a luta tem que ser intensa, a gente tem que reivindicar, tem que criticar, tem que pedir mais sempre. Porém queria neste lembrar plenário que São Paulo é referência nacional,

que nenhuma outra grande capital atende tão bem e tantas crianças quanto a capital do Estado de São Paulo. O Brasil não atende, se não me engano, 17% da demanda de educação infantil, e o Município de São Paulo está prestes a atender aquilo que o Plano Nacional de Educação apontou para ser atendido nos próximos dez anos.

Isso não é pouco. Isso é atendido com qualidade, não exatamente na creche, porque é proibido transportar criança de creche em transporte escolar, mas a gente tem transporte escolar para criança de pré-escola. Os nossos novos prédios são feitos com acessibilidade. A gente tem escolas específicas para surdos. A gente tem, em todos os substitutivos ao Plano Municipal de Educação, a figura da contratação de especialistas em Libras e outros.

Queria aproveitar meu último minuto para defender algo. É feita uma confusão conceitual que acaba desqualificando coisas. A Rede Municipal de Ensino surgiu há mais de 80 anos através de creches conveniadas. Aqui no Brasil o terceiro grau tem atendimento privado, do Governo Federal e do Governo do Estado. O ensino médio tem atendimento privado, do Governo do Estado e do Governo Federal, e alguns municípios atendem. O ensino fundamental, ensino privado, municipal e estadual. A educação infantil tem só o município para fazer o atendimento. A educação infantil, no caso da cidade de São Paulo, veio para a Educação no ano 2002, se não me engano, ou seja, ontem, e a gente já dá conta do atendimento previsto de ocorrer no Brasil daqui a dez anos.

A confusão à qual me referia é em torno do conceito de público. A creche conveniada de São Paulo é pública. O Pro-Uni, federal, compra vagas da iniciativa privada e oferece para a população. O Fies financia o estudo no terceiro grau com dinheiro público em entidades privadas. Quando o Município firma convênio – e aí não é terceirizar nem é uma empresa com fins lucrativos, porque é uma ONG, é uma entidade que tem interesse na educação -, ele “publiciza” essa vaga. É uma vaga dentro da educação pública. E aí, finalizando, muitas entidades com uma qualidade muito grande, outras com uma qualidade não

tão grande, o mesmo acontecendo na rede direta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O Sr. Arnaldo Alves de Castro, munícipe.

O SR. ARNALDO ALVES DE CASTRO – Bom dia. Parabéns à Mesa pela temática, muito interessante, mas vou me ater aos dados de quantidade, não de qualidade. Eu não tenho competência para julgar os dados, e me parece que nem foram apresentados.

Inicialmente prometeram 243 creches, passaram para 174 e parece que são viáveis 147, mas as creches construídas foram 69. Inicialmente era para atender 243 mil crianças, passou para 150(?) e me parece que o número que a Secretária de Educação colocou é de 105 mil vagas ainda pendentes. Então, de 150 para 105, só atenderam 45 mil crianças. E não estou discutindo se foram, efetivamente, ou não.

O assunto é tão importante que o Prefeito só mandou a área de educação, então eu perguntaria, como munícipe, o que nos faz acreditar que todas essas creches serão construídas até o fim do mandato, e se não seria mais justo dar um número mais adequado e não maquiar tanto os dados. Aparecem tantos dados que nos confundem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Sr. André da Conceição, pai.

O SR. ANDRÉ DA CONCEIÇÃO – Bom dia. A minha pergunta é a seguinte. Tenho uma filha chamada Ágata, há três anos fiz o cadastramento dela na creche e fui diversas vezes consultar. Na primeira consulta ela estava na 28ª. Aí eu fui ao Conselho Tutelar da região, falaram que eu tinha que esperar. Tudo bem, esperei. Passaram-se dois anos, fui lá, ela estava na 29ª. Falaram: “No ano que vem já chama”. Eu falei: tudo bem. Passou mais um ano, quando fui ver a colocação dela, ela estava em 9ª. Na outra vez que fui ver a colocação ela estava em 38ª. Eu queria saber qual é o procedimento. Como a criança estava tão próxima da vaga e depois voltou para tão longe? O pessoal do Conselho Tutelar indicou que eu fizesse o Bolsa-Família – que eu não preciso, graças a Deus -, que eu tirasse a vaga de uma pessoa que

precisava, só para a minha filha ganhar vaga na creche. É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Isso é o fim do mundo.

Sr. Marivaldo lemos, região do Jaraguá.

O SR. MARIVALDO LEMOS – Bom dia. Quero parabenizar a iniciativa do Vereador Reis de propor e efetivar esta audiência pública aqui na Câmara dos vereadores. Quero cumprimentar o Vereador Professor Toninho Vespoli, o Vereador Quito Formiga e todos os presentes. Hoje é dia de Santo Antônio e está provado aqui que não tem dia para a gente buscar os nossos direitos. Hoje é sábado, o sol está bonito lá fora, e às 9h da manhã, por convocação do Vereador Reis, estamos aqui discutindo um tema tão caro para nós.

Pelo que a representante do Secretário de Educação Gabriel Chalita mostrou, no Município de São Paulo estão já contempladas 237 mil crianças de zero a três anos na creche. Existe ainda uma demanda de 150 mil ou mais de crianças de zero a três anos. Não é fácil.

Eu, por exemplo, se tivesse tido o ensino de creche, se tivesse passado por creche de zero a três anos, eu teria uma formação bem melhor. Esse é o nosso desejo. Estamos acostumados a elogiar os países asiáticos como bons em educação, mas aqui estamos também dando um passo para sermos bons em educação. É um espaço para melhorar e implantar aquilo que vai qualificar todos nós no futuro.

Quero falar dos programas que vi na demonstração da representante do Governo. Ela falou em vários programas e um que me chamou a atenção foi o Meu Lugar. Quando vamos ouvir a comunicação da Cidade, a gente só vê crítica da imprensa. Eu não vi nenhuma empresa ligada, por exemplo... a minha decepção. Todos os empresários... Não tem aqui. O número de pessoas é ínfimo quando o poder público chama eles, dá a mão para eles contribuírem. Foi citado aí um número muito pequeno de empresários.

Outro programa que também inclui os empresários é o consórcio de empresas e não tem também e a Constituição diz que a empresa pode contribuir. Eles podem também criar creche e até ensino de 2º grau, mas eles não contribuem.

No entanto, quando você passa na Alameda Barão de Limeira, que tem uma praça toda espelhada com esculturas no meio, você vê lá dois GCMs, 24h, com custo da população que o empresário da *Folha de S. Paulo* requer ou pede ao Município que fiquem lá para proteger a praça deles, mas eles não dão a mão para a gente quando precisamos no quesito educação.

Com relação à quantidade de professores que apresentam atestado médico, é muito grande. Deixa-nos impressionados. Não tenho o número aqui. Quando vamos participar nos conselhos de escolas, como pais de alunos, você percebe que há resistência dos professores concursados que os pais participem do conselho. Eles resistem. (Palmas)

Falo com o Vereador Toninho Vespoli porque V.Exa. é professor e pode encaminhar também.

Quando o Prefeito propôs a criação e a correção da Planta Genérica de Valores, o IPTU, que iria trazer mais recursos ao Município, que o pobre iria pagar a quantidade que pode e o rico também, houve da FIESP um pedido na justiça para que não fosse feito isso, atrapalhando que viessem recursos e que pudessem ser feitas mais creches e escolas e mais recursos para pagar melhor os professores. Isso é um empecilho.

O Artigo 153, da Constituição, pede que seja criado o imposto sobre as grandes fortunas. Tem imposto demais para o pobre, mas para o rico eu quero que vocês apresentem porque é obrigatório. São pouquíssimos. Um desses que atinge as grandes fortunas é o 153, da Constituição.

Então, Ministério Público toda vez que vocês mandam uma carta ou a Defensoria Pública para as DREs pedindo a inclusão do aluno urgente na lista para vaga de creche, quebra uma lista. Então, contribua também fazendo uma petição aos deputados, para outros órgãos para que se implante o imposto sobre grandes fortunas e corrija a Planta Genérica de Valores da cidade de São Paulo para se ter recursos para creches, para a Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. José Ronaldo.

O SR. JOSÉ RONALDO – Bom dia a todos.

Eu sou da região de M'Boi Mirim e falo como uma parcela de empresários da nossa região, falo por uma parcela grande daquela população que vive a aflição dos números que a Sra. Secretária nos apresentou na cabeceira da primeira lista dos dois distritos de maior número de demanda, que são o Jardim Ângela e São Luís.

Gostaria que V.Exa. recapitulasse o número de vagas demandadas no início da nossa gestão e o número de hoje.

A SRA. JOANE - No dia 1º de janeiro de 2013, tínhamos 202.022 crianças matriculadas de zero a três anos. No dia 30/04/2015, temos 239.389 crianças matriculadas. No dia 1º de janeiro de 2013, 199.303 crianças sem pré-escola, de cinco e seis anos. No dia 30/04/2015, 205.552.

O SR. JOSÉ RONALDO – Então, tivemos um avanço da ordem de 5%.

A SRA. JOANE - 10.9%.

O SR. JOSÉ RONALDO – Então, na cabeceira daquela planilha que V.Exa. nos apresentou primeiramente, cujo número final são 105 mil vagas demandadas na cidade de São Paulo, Jardim Ângela e São Luís, estão com 12 mil. Então, estamos um pouco acima de 10% dessa demanda maior.

Precisamos nos remeter a esses números para lembrarmos que M'Boi Mirim, por várias razões e a exemplo de outros distritos de São Paulo, tem uma grande dificuldade de regularizar o uso dos seus espaços.

Na Subprefeitura de M'Boi Mirim temos com grande frequência a apresentação de espaços públicos onde podem ser instalados equipamentos de educação, além de outros como na saúde, limpeza pública e etc., mas vamos nos deter à questão da educação que para mim é prioritária.

Temos de sair deste imbróglio e ver de que maneira vamos conseguir uma

interlocução com a tecnocracia que hoje está dentro da Secretaria de Educação e que pode viabilizar essas indicações. Temos grandes áreas públicas remanescentes e com sujeira em cima dentro de escolas estaduais. Elas podem oferecer essas áreas para a construção de creches, de EMELs, das unidades que precisamos. Temos as indicações dessas áreas. Temos cadastro. A Subprefeitura de M'Boi Mirim tem grande parte delas.

Agora, como empresário, quero dizer que o empresário precisa pagar impostos, gerar emprego e ele é rápido em suas ações. Em M'Boi Mirim temos um grande número de espaços que foram oferecidos por proprietários que se interessaram em atrair os serviços da Prefeitura, são clientes da Prefeitura, mas a coisa não anda.

O técnico da Prefeitura, quando consegue agendar e fazer uma visita, ele depende de outros pareceres, ele não tem poder decisório e não dá um indicativo se o empresário deve fazer ou não aquilo, ele ilude. Temos casos de empresários que estão há dois anos com o imóvel fechado, uma bolha e ele não sabe o que vai acontecer com isso.

Agora, eu acho isso muito fácil de resolver. Gostaria de sugerir, por exemplo, uma comissão que vá objetivamente ao ponto e diga ao empresário: “Esquece, faça qualquer outro negócio com o seu imóvel, não conte com a Prefeitura, com a Educação”. Seria lamentável se isso acontecesse, porque temos avanços, o prato está pronto e precisamos ter agilidade, desburocratizar, ir direto ao ponto, independentemente da discussão da eficiência e da qualidade.

Precisamos cada vez mais da parceria do público com o privado porque é lá que está o investimento maior, do capital, da infraestrutura necessária para que a Secretaria com a sua capacidade coloque esse barco para continuar andando e andando bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

O último inscrito é o Sr. Elton Brito, zona Oeste.

O SR. ELTON BRITO – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Vereador Reis pela iniciativa de tratar de um assunto tão importante e que afeta a vida de tantas famílias. É um tema muito importante e pontual na Cidade.

Agradeço o comentário do Vereador Quito Formiga com relação à questão das pessoas com deficiência, sobretudo das crianças surdas que, nesse aspecto, a linguagem dos sinais, realmente, é fundamental nesse ponto da vida. De zero a três anos de idade, a aquisição que nós todos, também, temos como principal é a nossa língua, e como língua materna, para os surdos, a linguagem de libras precisa ser implementada desde o primeiro momento. Minha esposa é surda e eu falo que o que ela passou, do atraso de aprendizagem dessa linguagem dificultou muito a vida dela. E isso tem de ser discutido não só na parte de educação infantil, mas creio que, também, nas Emebs seria importante ser desenvolvido material pedagógico específico para esse público.

Outra coisa que foge um pouco da parte educacional, mas acho muito importante ser discutido, até, de forma legal, a contratação ou se fazer concursos públicos para que haja intérprete de libras em hospitais, porque eles sofrem muito com a falta desse atendimento.

Queria também pontuar a questão do Estado. Também sou professor do Estado e vejo que esse público específico tem o atendimento da Emef, no ensino fundamental. Quando vai para o ensino médio, esse público se sente totalmente perdido, porque não existe qualquer tipo de atendimento ou acompanhamento específico. Então, acaba absorvendo pouco do conteúdo, até por despreparo dos professores.

Outra coisa: deve haver a quebra desse estigma. Pessoas com deficiência, não portadores, enfim, porque antes de ser deficiente é uma pessoa que tem sentimentos. E a palavra “portadores” está incorreta, porque não carregamos a deficiência para lugar algum.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Pergunto se os Srs. Vereadores querem falar primeiro. (Pausa) Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Vou começar por um assunto que, recentemente, foi votado na Comissão de Finanças. Lamento o desmonte do Plano Municipal de Educação. Não tenho outra palavra.

O Plano Municipal de Educação, que foi votado, é o mesmo que dizer que não teremos um plano municipal de educação para a cidade de São Paulo. E, aí, coloco alguns elementos para explicar o porquê estou falando isso. Aqui estão sendo discutidas várias questões importantes: conseguir suprir a demanda de vagas nos CEIs; discutir a qualidade de ensino nos CEIs. Não conseguiremos suprir essas necessidades se não discutirmos o financiamento da Educação. E, aí, discutir financiamento da Educação não é simplesmente conseguirmos uma verba para falarmos: “Olha, o dinheiro que temos para a Educação é esse e é isso que dá para aplicar”. Não. Temos de ir atrás do custo aluno/qualidade. Ou seja, se pegarmos o investimento do custo de aluno/qualidade de vários países da América Latina, constataremos que o nosso custo aluno/qualidade é muito menor. Estou me referindo ao Chile e à Argentina. E, aí, sem investimento este Governo não dará conta de zerar o *deficit* ou a fila de espera dos CEIs, e nem o próximo Governo. É isso que está colocado aqui. Não vamos conseguir. Quando não se deixa isso muito claro para a sociedade, aí temos as discussões que chegam aos programas mirabolantes. Então, vamos discutir o Programa Meu Lugar. Ao invés do Governo resolver o problema, ele tenta remediar o buraco. É isso que está colocado.

O nobre Vereador Reis já colocou claramente que a Sra. Secretária de Licenciamentos veio aqui e falou com todas as letras que não dá para se fazer um licenciamento à parte e licenciar aquilo. O que ela está querendo dizer é que a dificuldade para conseguirmos licenciar esses empreendimentos é muito grande. Salvo raras exceções, quando o Governo vem com alguma proposta para o empresariado, o empresariado quer algo em troca. Portanto, é ínfimo o número de empresários que entra em um programa que não lhe oferece contrapartida.

Portanto, a solução seria discutirmos como financiaremos a Educação. Em nosso

Plano Municipal estava muito claro que o Município também tem a sua responsabilidade, então estamos aumentando de 25 para 30% a verba para MDE. Alguns me perguntam: “Vereador, e a responsabilidade com as outras pastas?” Estou há dois anos e meio como Vereador e o que eu vejo passar aqui, nesta Casa, é o que os grandes empresários querem, ou seja, é isenção de impostos.

Então, as leis aqui são feitas para legitimar determinadas relações sociais e econômicas. Como a maioria dos partidos pega dinheiro, com essas empresas, para fazer suas campanhas, aí é isso que acaba sendo legitimado nesta Casa.

Portanto, acho que a discussão é muito mais aprofundada ao discutirmos essa questão de financiamento. E o financiamento acaba sendo fundamental nas outras questões – seja, por exemplo, na questão da Meta 2 que, para mim, era um destaque. Por exemplo, colocamos que no Berçário 2 o número de crianças por agrupamento deveria ser seis. Outro exemplo, no Mini Grupo 2, deveria haver até 15 crianças por educador. O que ficou hoje? Ficou uma carta de intenção. Ficou assim: reduzir progressivamente, até o final da vigência desse plano, a relação educando por docente no sistema municipal de ensino, buscando garantir melhor qualidade no processo. Ou seja, não foi colocada meta alguma e é isso que tem de se deixar muito claro para a sociedade.

Mais ainda. Se pegarmos o Fund 2, foi colocado, por exemplo, diminuir o número de alunos em sala de aula em 10%. Se pegarmos a taxa de natalidade, que está diminuindo no Brasil, principalmente nas grandes cidades como São Paulo, é quase falar que vamos seguir o percurso normal da diminuição da taxa de natalidade. Ou seja, o Poder Público não tem responsabilidade alguma de, realmente, fazer investimentos e melhorar a questão da qualidade na Educação.

Então, para mim, foi um desmonte do PME.

Ainda falando sobre a vaga nas CEIs, também acho importante falar que, no começo deste Governo, havia uma expectativa muito forte no sentido de que o Governo

Federal mandaria dinheiro para São Paulo e, aí, poderíamos dar um impulso nas construções de CEIs. Entretanto, vimos que até agora só 2% das verbas que seriam destinadas para CEIs e para corredores de ônibus, na cidade de São Paulo, vieram.

Antes o Governo Haddad falou que 253 CEIs seriam construídos. Agora, está falando em 147 CEIs. Então, não conseguiremos dar conta da demanda. Para mim, foi uma miopia do Governo interferir como interferiu no Plano Municipal de Educação, porque esse não era o plano de um Governo. Esse é um plano de Estado que, independente de partido político, deveríamos ter uma meta e seguir um rumo – que não foi estabelecido. E o que está colocado aqui, gerando a diminuição dessas creches, é falar exatamente isso: “Olha, pessoal, não terá atendimento”. Vamos falar a verdade: no ano passado, por exemplo, a fila de demanda chegava em torno de 180 mil crianças. Agora, está em torno de 100 mil crianças. Mas vemos que as 80 mil não foram colocadas em vagas da Prefeitura. Muitas crianças são retiradas do cadastro. Ou seja, muitos pais e mães não acreditam em uma lista de espera em uma CEI. Portanto, essa lista de espera não é real. A lista de espera é muito maior que isso, porquê se eu não tenho atendimento, eu vou lá fazer o quê? Colocar o meu filho em uma lista de espera que eu sei que nunca seria atendido? Um pai veio aqui e nos disse que o filho dele já está há três anos na lista de espera. Esse é um debate que tem de ser feito. Para mim, sem financiamento não haverá atendimento suficiente, não haverá qualidade.

Outra questão importante para discutirmos diz respeito às CEIs diretas, indiretas e conveniadas. Visito algumas CEIs conveniadas e indiretas e vejo o esforço dos funcionários. Todos sabemos que esses funcionários ganham menos e trabalham por um período maior. Não estamos discutindo, aqui, a questão da unidade, do gestor. O que estamos discutindo aqui é o seguinte: por que vale a pena para a Prefeitura ter a CEI indireta? Porque o custo aluno/qualidade será menor se comparado à CEI direta e conveniada. Então, só compensa para a Prefeitura ter a CEI indireta porque ela vai precarizar o serviço. Portanto, o que se discute aqui é a política que a Prefeitura implementa. O que colocamos em nosso relatório é

que iríamos congelar o número de vagas nas CEIs indiretas. As novas vagas passariam a ser nas CEIs diretas. Entretanto, o que foi colocado agora? Que a política será das três formas. Ou seja, eles vão continuar, ainda, a investir na indireta e na conveniada. Não foi à toa que tivemos aqui projeto de autoria do Governo sobre o ISS para essas organizações que fazem o atendimento indireto. A política ainda será de incentivo às indiretas e conveniadas. Aí afirmo: se a verba para elas é menor; se, na cidade de São Paulo, dificilmente conseguimos alugar prédios condizentes com um atendimento de qualidade, então já estamos falando que faremos um atendimento de má qualidade ou de qualidade mediana. E não estou falando isso por conta dos funcionários. É só visitarmos algumas CEIs conveniadas que constatamos que as crianças brincam em cima de uma laje, porque não lhes resta outro espaço. As crianças quase não têm espaço para as brincadeiras. É disso que estamos falando. E isso acontece não só nas CEIs, como nas UBSs. Por exemplo, se pegarmos uma UBS na região onde moro, há 30 anos que o movimento de saúde briga por uma UBS lá e não há mais terreno na área.

Nesse sentido, portanto, foi um desmonte o que fizeram com o PME. Mas perdemos a batalha, não a guerra. O PME ainda irá para plenário e há condições para substitutivo e emendas. Do mesmo jeito que falo que, apesar de ter sido Relator da Comissão de Educação, esse PME não é meu, nem da Comissão. Esse Projeto foi construído com a sociedade civil.

Resgatamos uma discussão da Conferência Municipal de 2010. Chamamos todas aquelas organizações que construíram a Conferência. Foram feitas mais de três mil discussões em várias unidades escolares. Foi com base naquele documento e com sua atualização que conseguimos construir o projeto aprovado na Comissão de Educação.

Por isso falo que esse projeto é da sociedade civil e quando o Governo dá um golpe no nosso PME, ele está dando um golpe na sociedade civil, que discutiu a esse respeito fortemente com toda comunidade escolar e sobre o acúmulo que chegou até aquele momento.

Apenas quero lamentar e espero que ainda consigamos reverter esse quadro,

senão, com certeza, teremos a mesma qualidade de educação ou até pior, porque com o mesmo valor e aumentando a rede, quer dizer que teremos o mesmo valor em dinheiro com uma rede ainda maior. Ou seja, a qualidade que tanto almejamos não vamos ter. É isso que tem de ficar muito bem claro para a população.

Para terminar, quero lamentar novamente e dizer que tudo isso foi construído num sistema de classes em que alguns podem pagar escola de dois mil reais para seus filhos e outros têm de ficar numa escola de má qualidade, com salas superlotadas e sem condições de um aprendizado adequado. É o mesmo que dizer que os melhores postos deste País estarão sempre destinados às mesmas classes sociais e aqueles que não têm condições sempre ocuparão um lugar de subordinação nas relações entre classes sociais.

Com relação ao depoimento do companheiro que falou do atestado médico, essa é uma realidade. Isso foi discutido fortemente no Plano Municipal de Educação. Por que os professores ficam doentes? Porque eles têm de trabalhar duas ou três jornadas, pois o salário de nível universitário é 60% abaixo em relação às profissões de nível universitário. Então, sem pagar melhor o professor, sem dar condições de trabalho e sem diminuir o número de alunos por sala de aula, continuaremos a ter esses atestados e o Poder Público sabe disso. São eles que deveriam desenvolver as políticas necessárias para que isso não acontecesse. Esse fato acaba se direcionando ao trabalhador que, nesse sentido, é muito mais uma vítima do que realmente parece. Parece que o professor não tem compromisso com a Educação quando tira um atestado e falta ao trabalho. Não, a categoria do professor é a que mais fica doente se compararmos com os demais profissionais da cidade de São Paulo. É isso que as pesquisas indicam. Temos de dar qualidade de serviço e melhores salários. Com isso, tenho certeza de que os atestados diminuirão fortemente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli. Tem a palavra o Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Obrigado, Sr. Presidente. Nos últimos 45 dias, visitei muitas creches conveniadas. Primeiro quero elogiar o trabalho desenvolvido por elas, que tratam essas crianças com muito carinho. Apesar dos poucos recursos, tenho visto o esforço das creches para que as crianças recebam todas as condições, tenham qualidade de vida e possam receber toda a atenção.

Testemunhei o depoimento de uma pessoa que me acompanhou e que usa o serviço de uma creche particular dizendo que paga o valor de mil reais, sendo que essa creche particular não chega aos pés de uma conveniada. Nas visitas que tenho feito, vejo que as creches conveniadas têm serviço de qualidade e as crianças são muito bem atendidas, independente de todo o esforço feito para que elas recebam tudo o que precisam.

Neste instante, deixarei uma crítica ou uma sugestão. Há uma determinação da Secretaria obrigando as creches a colocarem uma cobertura, que exige certo padrão e tem um custo muito elevado. Uma dessas creches, que possui mais 200 crianças, recebeu um orçamento de mais de 50 mil reais para fazer a cobertura e a Prefeitura está ameaçando fechá-la, porque já extrapolou o prazo e ela está sem cobertura. Claro, não tem condições de colocar uma cobertura dessas. Há certas normas que têm de ser avaliadas. Essa é uma imposição que precisa ser avaliada, tem de ser medida, porque as nossas creches estão localizadas em regiões precárias.

Foi dito e me chamou a atenção que existem escolas para surdos, não faço aqui crítica alguma ao Governo, porque esse fato já vem de outras gestões, mas não há pedagogos com conhecimento em libras. Temos os instrutores, por isso entraremos com o projeto da nossa Comissão para que possamos contratar professores capacitados com conhecimento em libras.

Vou entrar com requerimento na Comissão solicitando os dados referentes à contratação desses instrutores de libras pelo período de um ano. Vou elaborar a minuta do projeto de lei com a assinatura de todos os Vereadores da Comissão de Educação da Câmara

para a contratação de pedagogos com conhecimento em libras e, no segundo semestre, estarei empenhado em visitar, toda semana, duas unidades de creches, verificar a acessibilidade em todas e fazer um Raio X da Educação na cidade de São Paulo.

Quero deixar claro que meu gabinete estará de portas abertas para sugestões, solicitações e demandas para que junto com a população e profissionais da área possamos melhorar a educação na cidade de São Paulo, porque um povo sem educação é um povo segregado a uma vida sem qualidade.

Por fim, deixo um questionamento à Secretária Adjunta quanto ao número das creches entregues. Gostaria que S.Exa. esclarecesse o número apresentado. Quantas vieram do Governo anterior, que já estavam quase prontas? E quantas estavam quase prontas e foram contabilizadas nesse número, que vieram do Governo anterior?

Esse é o meu questionamento.

Deixo o meu abraço ao Secretário Gabriel Chalita.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado nobre Vereador Quito Formiga. Passo a palavra a Sra. Secretária Joane Vilela Pinto.

A SRA. JOANE VILELA PINTO – Primeiro para fingir restabelecimento da verdade, fui Secretária Adjunta do então Secretário Cesar Callegari. Agora a Secretaria Adjunta é a Prof. Emilia Cipriano, eu estou na Secretaria com uma assessoria de projetos estratégicos e é exatamente por esse motivo que venho até aqui.

Primeiro, acredito que devemos aproveitar estes momentos, em que as pessoas têm a oportunidade da livre manifestação, audiências públicas, fóruns, quaisquer coletivos, porque são homens extremamente importantes em que a militância pode participar, a sociedade civil, os munícipes podem participar, fazer o seu papel no sentido de cobrar do Gestor Público, no sentido de cobrar de quem tem a responsabilidade e atribuição de fazer e o Poder Público, por sua vez também tem a oportunidade de mostrar um pouco daquilo que está sendo feito.

Dito isso, quero lembrar que lamento profundamente a ausência dos outros entes nessa audiência. Certamente a presença dos demais faria um debate mais qualificado e talvez não ficaríamos em uma discussão muito bilateral. É importante pensarmos que a educação, assim como todas políticas públicas, perfaçam por vários entes que não necessariamente uma única secretaria.

Anotei as manifestações, vou tentar responder todos, mas para iniciar gostaria de dizer que essa responsabilidade do Poder Público, ela perfaça também pela questão de financiamento. O nobre Vereador Toninho Vespoli lembrou questões importantes sobre financiamento, e digo o seguinte: conhecemos o Fundeb, sabemos o que é o Fundeb, sabemos quando foi instituído, sabemos que começou com Fundef, porém o Fundeb é composto por uma serie de recursos que já são do próprio Município. Então recursos que são devidos ao Município, ou aos estados, vão para um fundo específico então não existe uma complementaridade de recursos. Há exceção de alguns municípios e estados, principalmente do Norte/Nordeste que tem uma complementação do Governo Federal porque tem uma arrecadação bastante difícil. A exceção dos Municípios, e Estados que precisam da complementação do Governo Federal. Os recursos do Fundeb, são recursos do próprio Município que vão para um fundo específico.

Dito isso temos o custo aluno qualidade, que discutimos como custo aluno qualidade inicial que é um movimento do qual tive a oportunidade de participar desde a sua concepção, começou com Daniel Cara, e é um movimento muito interessante, porque o custo aluno qualidade inicial procura contabilizar, trazer em números qual é o investimento para termos um atendimento na educação de qualidade. Mensurar despesas desde as fixas, com água, com luz, com telefone, com pessoal, até as mais complexas que perpassam pela formação de professores. A de todas essas despesas ou esses investimentos que conseguem enxergar o salão de qualidade inicial. Porém não existe um recurso previsto no CAC, não existe um recurso que o governo Federal, que o Governo Estadual, ou que o próprio Governo

Municipal vai demandar além daquilo que já é previsto em Legislação.

Por isso que precisamos falar sempre no Custo Aluno e Qualidade inicial, mas precisamos diferenciar que não existe um aporte extra de recurso. Dessa forma compete aos gestores, aos dirigentes municipais, aos prefeitos, aos governadores, compete, sempre aquele exercício importante de realocar ou de alocar bem os recursos que são devidos à educação. É exatamente nesse sentido que buscamos parcerias sim, com os empresários, com a iniciativa privada para que pudéssemos construir ou que pudéssemos atender um pouco mais naquilo que já estamos fazendo.

Concordo com o nobre Vereador quando lembra que a sociedade, que os empresários paulistanos, ou paulistas poderiam contribuir mais. Tivemos recentemente divulgado amplamente na mídia que o Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad não recebeu mais o selo Amigo da Criança. Verdade um selo que é sempre feito no final de cada gestão. Ainda estamos no terceiro ano da gestão e mais, o Prefeito lembrou que vários empresários fazem parte e não contribuíram com o Município na construção. É importante que consigamos por meio, também desses coletivos, desses fóruns, lembrarmos que é importante a participação dos empresários que fizeram seus negócios aqui na Capital, que conseguiram ter os investimentos aqui na capital, mas que consigam reverter também deixando aqui um pouco da sua marca, a sua contribuição importante para o Município. Lembro-me de universidades famosas, a própria Universidade de Harvard, em Boston, tem como seus principais colaboradores ex-alunos. É importante que tenhamos os empresários da capital contribuindo com essa importante luta, que é a luta de ampliação no atendimento para educação infantil.

Segundo, várias pessoas se manifestaram aqui falando nas questões dos dados que trouxemos aqui eles são absolutamente públicos. É óbvio que transformei em alguns gráficos, em algumas tabelas, mas todos os cidadãos que quiserem, eles podem ter essas informações acessando o site da Secretaria Municipal de Educação, clicando na educação e números todos terão acesso aos dados que eu trouxe aqui. Quantas matrículas temos, quantas

tínhamos, qual o nosso atendimento então os dados estão lá. E ainda, as questões relativas as obras, as construções, estão no site planeja/Sampa. Planeja/Sampa é um site de acesso livre todas as pessoas que ali entraram, elas acompanharam o programa de metas da Prefeitura, nesse programa de metas estão listados os dados, inclusive construtivos. Todas as obras que mostrei aqui concluídas, ou em construção, ou ainda que terão início em 2015, estão disponíveis no site Planeja/Sampa. Inclusive antecipando a resposta do nosso vereador, as obras todas que mostrei, elas foram concluídas na nossa gestão. O processo de construção é longo. Quando identificamos um terreno que pode ser desapropriado para construção de uma unidade nossa de um equipamento, nossa primeira tarefa, e aí já respondendo o questionamento, é confrontarmos com a demanda. Só terá início à investigação daquele terreno sobre a possibilidade da construção de quaisquer equipamentos se nós tivermos demanda. Se não existe demanda de ensino fundamental não vamos construir Emef, tanto que no início da nossa gestão ainda no ano de 2013, tentamos com todos os diretores regionais para repactuarmos as obras que estavam pactuadas. Algumas Emefs que seriam construídas elas foram transformadas em centros de Educação Infantil, porque verificamos que não haveria mais demanda para ensino fundamental e assim fizemos com Emei, com Cei não foi necessário, porque ainda temos uma demanda significativa. É importante esse esclarecimento dos dados públicos porque considero fundamental que tenhamos transparência em relação as informações mas que tenhamos sobretudo a facilidade do acesso a essas informações. Dois dados: site da Secretaria Municipal de Educação e também, planeja/Sampa.

Vamos a questões mais específicas: O Sr. José Donizete do Sinpeem, ele trouxe alguns dados falando da transição aqui no Município de São Paulo, nos anos de 2001, 2002, 2003, houve esse processo de transição da Secretaria de Assistência para a Secretaria de Educação. as crianças que estavam na educação infantil, nos outros municípios no Estado do Paraná, isso só aconteceu em meados do ano de 2006, lembro que a grande discussão na época, era exatamente sobre financiamento. Se a educação receberia o atendimento, ou

melhor, passaria atender as crianças da educação infantil que estavam nas então creches da Secretaria de Assistência, se o recurso viria para a educação. Na verdade perdemos essa batalha.

Não houve nenhuma transferência de recurso, mas é claro que a criança estudando conosco, temos Fundeb e outros tipos de transferências, o próprio Salário-Educação e o Brasil Carinhoso.

No âmbito da formação de professores, quero lembrar que temos alguns documentos construídos. A Sra. Sônia La Rubia, nossa Diretora de Educação Infantil, tem trabalhado incessantemente junto as diretorias regionais. Dessa forma, já publicamos os indicadores de qualidade da educação infantil. Estamos discutindo o currículo integrador.

Todos nós falamos da dificuldade da transição da criança quando sai da educação infantil para o ensino fundamental. Nós temos muita preocupação com essa ruptura. A ideia do currículo integrador é que consigamos junto com o ensino fundamental construirmos isso, além de várias outras ações na formação de professores.

Nós ainda não conseguimos concretizar, mas estamos articulando uma importante parceria com a Faculdade de Educação da USP, no sentido de trazeremos para nossos professores cursos de especialização em educação infantil.

Respondi à Josi Lira, quando falei um pouquinho sobre os dados públicos. Ela disse que visitou alguns equipamentos. Eu queria lembrar que nós temos alguns equipamentos que serão construídos nas áreas de mananciais, onde a legislação é diferente. Eu não trouxe os dados, mas temos cerca de 20 equipamentos que serão construídos somente nas áreas de mananciais com recursos específicos para isso, recursos financiados pela Caixa Econômica Federal.

A Secretaria de Educação não tem um setor exclusivo para as construções. Todas as obras são acompanhadas ou têm ordem de início ou são fiscalizadas por outro setor que sim, tem a incumbência da construção.

As placas sobre as construções são colocadas por Edif, e só são feitas quando há a devida ordem de início da obra e recurso previsto para tal. Jamais colocamos obras que não serão feitas ou para as quais não exista a previsibilidade de recursos.

Respondendo à Miriam, do Fórum Municipal de Educação Infantil, vou trazer algumas questões importantes em relação à articulação, ATP e Doti, ela traz algumas propostas em relação a debates e seminários, fala do custo aluno inicial.

ATP é uma área dentro da Secretaria de Educação, uma área mais técnica, e Doti é responsável por toda a política pedagógica no âmbito do Município de São Paulo. Essa articulação é fundamental, sim, para que tenhamos, primeiro, os equipamentos construídos, mas, também, uma política pedagógica afinada.

Para a Ivaniria, do Sedin, falei sobre no Seminário organizado pelo Fórum Municipal de Educação Infantil: essa questão da conveniada com a rede direta me lembra uma dicotomia que vivemos muito em educação. É a dicotomia teoria-prática. Temos alguns educadores que falam muito da importância de quem vivencia a educação, de quem está, efetivamente, na sala de aula; e temos, também, os educadores que são os grandes formuladores, os grandes pesquisadores.

Nós não podemos entrar nessa discussão porque ambos são importantes.

Quero lembrar, ainda, de um movimento forte que aconteceu a cerca de 10 anos, um movimento no sentido de discutirmos o ensino médio. Àquela época, havia uma corrente muito forte totalmente contrária ao ensino médio técnico, dizendo que o ensino médio era importante, mas como preparação para o ensino superior. E, hoje, nós superamos isso. Temos o ensino médio técnico de qualidade, importante, para atender quem quer fazê-lo e temos, também, o ensino médio que não é o profissionalizante, o preparatório para o ensino superior.

Então, em relação à educação infantil, eu já disse às senhoras e aos senhores que não sou de São Paulo, mas me lembro muito bem, estando no interior do Paraná, da escola de latinha. Era uma situação extremamente grave para mim ver São Paulo, capital do Estado, ter

escolas de latinha. Ela foi uma realidade para aquele momento. Não sei avaliar se foi necessária. Parece-me que, naquele momento, não havia outra alternativa, frente a necessidade do atendimento, só que hoje, ninguém mais fala em escola de latinha porque ela deixou de existir.

Talvez, seja essa a realidade também da conveniada. É claro que Sedin tem razão quando fala em relação à carreira. Ó óbvio que, para o professor da rede conveniada, se houvesse uma carreira mais atrativa, se houvesse o concurso, seria mais interessante. Porém, neste momento, nós não temos a menor condição de deixarmos de atender a educação infantil se tirarmos a rede conveniada, não temos condição de deixarmos mais de 100 mil crianças sem atendimento.

Então, a rede conveniada, em 2020, talvez, tenha uma diminuição, e vou dizer o porquê: no ano de 2020, a população de zero a três anos será menor, infinitamente menor, do que é hoje. Isso significa que atenderemos menos as crianças de zero a três anos e teremos uma necessidade maior no atendimento de quatro e cinco anos. Hoje, das 205 mil crianças que atendemos de quatro e cinco anos, pouquíssimas são da rede conveniada. Por óbvio, não haverá uma tendência de expansão quatro a cinco anos.

Essa analogia com a escola de latinha me parece bastante apropriada.

Quem sabe teremos em alguns anos não mais a rede conveniada porque o próprio Município conseguiu se organizar em termos de atendimento, uma vez que houve a diminuição na demanda, mas, neste momento, nós reconhecemos, sim, o trabalho importante, de qualidade e fundamental da rede conveniada, assim como destacamos o trabalho importante da rede direta fundamental também.

Há mais uma manifestação do Sr. Elon. Ele me fez lembrar de uma questão específica na Oscar Campiglia. O Município, em alguns momentos, tem alguns equipamentos que já são seus porque já foram desapropriados. Esse processo de desapropriação que demora cerca de 2 mil anos. Às vezes, o Município já tem emissão na posse, porém, há

ocupação. É o que aconteceu com a Oscar Campíglio. É uma área em Campo Limpo, que ficou ocupada por algum tempo. Houve reintegração de posse. Na verdade, não houve necessidade de reintegração judicial porque houve acordo com o movimento. O movimento desocupou a área, e nós passamos, então, à construção.

Então, são várias questões, várias interfaces, vários problemas nesse processo todo de construção.

Com a fala dele, me recordei da nossa situação da Oscar Campíglio.

A professora Joélia traz algumas questões importantes sobre a educação infantil pública de qualidade.

Sem dúvida alguma, Sedin luta incansavelmente pra isso, e a fundamental.

A Sandra falou dos dados que nós trouxemos aqui e também lembrou um pouquinho dos empresários.

A Elisângela também do Fórum Municipal me fez lembrar da importância dessa militância do monitoramento, da ampliação do atendimento, enfim. Quero lembrar que na fala da Elisângela estamos providenciando o aumento no concurso para os supervisores. Já há algum tempo que o Município não oferecia o concurso para supervisor escolar.

O Fábio Enzo trouxe uns dados interessantes. Na verdade, nós precisamos lembrar desses dados. O plano nacional de educação prevê, até o final da vigência em 2024, a previsibilidade de atendimento de 50% para a população de zero a três anos.

O Município de São Paulo – não por mérito desta Gestão, mas de todas as Gestões que se esforçaram ao longo do tempo – tem conseguido atender cerca de 50%. Claro, repito, que ainda precisamos atender mais. No entanto, estamos contemplados, já neste ano, naquilo que o plano nacional determina para o final da vigência.

O Sr. Arnaldo fala sobre os dados, os quais eu já respondi quando falei sobre o Planeja Sampa.

O pai da Ágata, anotei assim, porque acho importante quando se manifesta como

pai interessado. Não consegui entender se ele teve o atendimento. Ele me falou da situação que teve de mudança de alteração no cadastro.

Lembro a todos que o cadastro é público e que, se houve essa divergência de 9º para 33º lugar, nós precisamos entender exatamente o que aconteceu. Então, peço que, se ele ainda não obteve a resposta, encaminhe para nós, por e-mail, para que possamos verificar o que aconteceu, porque não é usual, não é aceitável e não é razoável que isso aconteça.

O Sr. Marivaldo coloca questões importantes sobre a participação do Conselho de Escola.

Lembramos da importância da gestão democrática, que precisa ser enaltecida em todo e qualquer coletivo. É fundamental que tenhamos as discussões de gestão democrática.

O Sr. José de M'Boi Mirim fala sobre os atendimentos e as demandas.

Eu queria dizer que essa ampliação no atendimento que perpassa o período de janeiro de 2013 até os dias atuais representou 18,5% na creche, de zero a três anos, e 3,1% para quatro e cinco anos. Portanto, uma média de 10,9%.

Ele fala das parcerias importantes, nas escolas estaduais, enfim.

Queria lembrar que estamos estudando, também, os terrenos disponíveis do metrô. Nós já mapeamos alguns terrenos que podem ser utilizados para construção de equipamentos.

Na fala do Elton, eu quero agradecer aos intérpretes, tivemos dois o tempo todo durante as nossas falas, que traduziram em libras o que estávamos falando.

Para concluir, ainda não falamos sobre isso e, também, não houve questionamentos, quero dizer que a Secretaria de Educação, Gestão Fernando Haddad, implantou as universidades nos CEUs.

As Universidades nos CEUs são uma parceria estratégica junto com as melhores universidades. Estamos trabalhando com quatro Estados: Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ainda não trouxemos Universidades de outros Estados, mas poderemos fazê-lo ao

longo do período.

O fato é que já foram criadas mais de 8 mil vagas.

Temos cerca de 5 mil alunos estudando. Alguns já concluíram. Tem alunos que já concluíram cursos pela Univesp.

Nós estamos nos organizando agora dentre os 32 pólos que temos – 31 em CEUs e 1 em EMEF – receberão novos cursos no segundo semestre de 2015 e início de 2016, mas quero dar destaque para cursos da Universidade Federal de Minas Gerais, que são cursos de licenciatura em Física, Matemática, Química e Biologia.

Na verdade, é uma contribuição do Município para todos os Municípios.

Ainda ontem éramos questionados sobre o fato de termos poucas escolas de ensino médio na rede municipal. De fato, temos. A tendência é que os alunos do ensino médio estejam sob a responsabilidade da rede estadual, mas é importante que o Município também contribua, uma vez que professores nessas áreas são poucos.

É claro que no Estado de São Paulo não temos tanta dificuldade como no Norte ou Nordeste, mas, ainda assim, temos dificuldade. Então, é a contribuição do Município com cursos de Universidades importantes que aqui vêm.

Para o começo do ano que vem ou, talvez neste segundo semestre, abriremos mais uma frente com 700 vagas para o curso de Pedagogia, a exemplo dessas 900 que já foram abertas e ofertadas pela Unesp.

Era isso e coloco-me à disposição.

O SR. TONINHO VESPOLI – Joane, só mais uma questão. Eu acho que perguntaram se as novas unidades vão ser diretas ou indiretas.

Aproveitando, eu entendi o posicionamento do Governo quanto às conveniadas, mas queria saber quanto às indiretas. Por exemplo, no plano municipal, nós tínhamos colocado no nosso relatório que, em cinco anos, a indireta passaria a ser direta.

Porque fico pensando: é difícil você construir, é difícil achar o terreno, se o Poder

Público gasta o dinheiro, eu não consigo entender na minha cabeça, porque você tem que passar para uma ONG se ele já fez todo o trabalho.

Então, por que não fazer concurso público? Por que não fazer o atendimento direto?

Uma coisa é ter a conveniada porque você precisa de espaços. Outra coisa é o ente federativo ter todo o trabalho e depois entregar para a conveniada.

Então, eu queria entender isso: qual a concepção da indireta? Por que ainda se usa desse artifício da indireta?

Aproveitando, comungo com aquela pessoa que perguntou: queria saber se as novas unidades que estão sendo construídas com o dinheiro público, dos nossos impostos, se o atendimento vai ser direto ou indireto?

A SRA JOANE VILELA PINTO – Vespoli, nós temos as unidades que são construídas, claro, com recurso público. Porém, eu não gosto muito de falar das dificuldades, mas eu queria lembrar que, para uma unidade da rede direta, nós precisamos iniciar, tão logo começamos a construção ou na metade da construção, e tomar todas as providências no sentido de termos professores, porque precisamos deles, da merenda, da segurança, da limpeza. Então, é sempre um processo que precisa ser pensado na metade da construção.

Quando nós falamos em conveniamento, na verdade, ele é uma estrutura que vai ser aperfeiçoada.

Quero lembrar do que estamos discutindo neste exato momento: o novo marco regulatório da sociedade civil.

No marco regulatório, talvez, a gente consiga responder os grandes questionamentos em relação ao processo de conveniamento da Prefeitura.

O marco regulatório da sociedade civil foi concebido – temos discutido com a sociedade civil, com as ONGs – para que a gente tenha maior transparência, para que conseguir, inclusive, abrir um edital, para participação de todas as pessoas.

Neste momento, ainda não temos um estudo de quantas nós faremos por meio da rede direta.

O Vereador me questionou e alguém também na plenária, mas não trouxe, realmente, o dado de quantas das novas construídas, quantas conseguimos por meio da rede direta.

Em Campo Limpo a gente tem muita dificuldade com a rede direta porque não temos professores. Não se trata de não fazermos concurso. Se trata de não termos professores.

Quando cito a Universidade Aberta do Brasil, quero dizer que a UniCEU, que nós trouxemos para os CEUs vão contribuir para a formação de professores, e uma das nossas prioridades é, exatamente, termos em locais como Campo Limpo, onde precisamos ter mais professores, os quais devem ser formados nos seus territórios para que eles não saiam de lá.

Temos professores que assumem o concurso e, como moram longe, pouco tempo depois, pedem demissão, porque têm dificuldade nesse trajeto.

Então, trago aqui questões que são permanentes, que nos acompanham permanentemente e, por isso, da dificuldade de fazermos todas as unidades por meio da rede direta.

Mas quero repetir, dizer mais uma vez, que entendo que este movimento, com tempo, vai deixar de acontecer.

Falo o tempo todo que não foi a Gestão Fernando Haddad que começou o conveniamento, porém, esta Gestão, neste momento, não tem condições de deixar de atender por meio da rede indireta. Não dá para fazermos isso, agora, podemos, sim, ter um planejamento a médio e longo prazo que tenho certeza que vai acontecer.

Assim como dei o exemplo da escola de latinha, também tenho a certeza de que, em algum momento, São Paulo, por conta de todos os movimentos, vai deixar de atender por meio da rede indireta, conveniada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Professora Joane, acho que V.Exa. está cansada de tanta coisa que teve que falar aqui.

Vamos terminar a audiência e acho que dá tempo de ir até a Casa Verde, onde está acontecendo a Câmara no Bairro. De repente, dá para nós, Vereadores, nos apresentarmos lá.

Quero dizer que hoje realmente foi um dia difícil porque nós temos vários eventos acontecendo nos CEUs, festas juninas, então, muitos educadores não tiveram condições de estarem presentes, embora tenham sido convidados, mas avisaram que havia esses eventos e eu mesmo renunciei o direito de ser delegado no 5º Congresso Nacional do PT, deveria estar lá na Bahia, em Salvador, mas renunciei a vaga de delegado para poder estar presidindo essa audiência pública e muitos Vereadores nossos estão lá em Salvador. Está acontecendo o evento Prefeitura no Bairro, em Cidade Ademar, realmente, tivemos essa dificuldade.

Mas, não podemos deixar de dizer das pessoas que foram convidadas, das Secretarias que poderiam ter mandado seus representantes para termos uma visão melhor dessa questão da construção das creches. O problema é que tem de ter creche. A Comissão de Educação tem de estar empenhada nessa questão, tem discutido todas as reuniões, vamos aprovar um requerimento para uma agenda com a Presidenta Dilma, vamos até o Ministro das Cidades, ao Ministro Gilberto Kassab, e vamos também até o Ministro da Educação cobrar aquilo que foi prometido. Se a pessoa não promete você não tem o que cobrar, mas, se promete, vão ao público e falam o que vão fazer, nós que somos representantes do povo, já que o povo não tem tanta condição de cobrar, nós temos de fazer essa cobrança. Nós vamos, Vereador Vespoli, Quito Formiga e demais que não estão aqui, da Comissão de Educação, nós vamos buscar essas audiências, essas reuniões, com esses representantes.

Na *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, quarta-feira, 10 de junho, das 250 creches que eram esperadas pela Prefeitura de São Paulo para a cidade, apenas quatro, com verba do Governo Federal. É muito pouco. Então, vamos falar com a Dilma para mandar o dinheiro para São Paulo e vamos falar com o Ministro Gilberto Kassab, que embora esteja como Ministro das

Cidades, mas sua procedência é a cidade de São Paulo. Vamos cobrar aquilo que é direito da Cidade, é um direito da criança.

Os Vereadores que representam o povo têm de cobrar, se os governantes gostam, não vão gostar, vão ficar satisfeitos ou não com a gente, isso não é problema nosso, nosso problema é cobrar. Até construir um projeto, quem sabe, porque se há os Amigos da Criança também é um projeto para premiar os inimigos da criança. Vamos construir, na Comissão de Educação, um projeto de pontuações negativas, então, essas pessoas que foram convidadas para hoje não vieram, Secretaria de Licenciamento não mandou ninguém, ponto negativo; vamos publicar no Diário Oficial, notifique-se, está com ponto negativo na gestão, sei lá, alguma coisa temos de criar. É uma questão de responsabilidade. A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, não está aqui, não veio dizer nada sobre a questão das creches, a educação vai pontuar negativamente. Secretaria Municipal de Gestão, não compareceu, pontua negativamente; Secretaria Municipal de Finanças, pontua negativamente; Secretaria Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho, pontua negativamente. O Conselho Tutelar foi salvo pelo Sandro. O Ministério Público não veio, Ministério que fala tanto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – O Ministério Público?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Ah, o conselho tutelar. Quanto ao conselho tutelar não há problema, está representado aqui. Agora, o Ministério Público, cujos promotores cobram tanto, não enviou nenhum representante. Não veio um promotor da infância hoje falar sobre a questão das creches. Ponto negativo para o Ministério Público, é assim que tem de ser. (Palmas) Os Srs. Vereadores membros da Comissão da Educação que também não vieram, nobre Vereador Toninho Vespoli, ponto negativo para eles. A OAB também foi convidada, ponto negativo para ela também.

Queremos resultados e os resultados são as creches. Não adianta blá-blá-blá, queremos as creches e é isso o que iremos cobrar. É esse trabalho que iremos fazer e a Comissão de Educação já está fazendo há muito tempo, pois esta não é a primeira audiência. Esta audiência só foi marcada para a data de hoje, porque foi negociada com as pessoas que disseram que poderiam comparecer. Poderia ter acontecido antes ou depois.

Deixei de ir ao congresso do PT para estar nesta reunião. As pessoas deveriam ter responsabilidade, pois a população nos cobra diuturnamente. Os Srs. Vereadores, eleitos pelo povo democraticamente, não podem se furtar desse papel de defender os interesses da sociedade, de defender o interesse das crianças, de defender que o que foi falado e prometido seja entregue, principalmente em se tratando de crianças.

Na quarta-feira teremos nossa reunião ordinária, das 14h às 15h e convido todos a participarem para continuarmos a discutir projetos para a educação. Às 11h, também na quarta-feira, presidirei a Comissão de Segurança Pública da cidade de São Paulo. Foi convidado o Dr. Domingos Paulo Neto, Diretor do Departamento de Polícia Judiciária. Estamos cobrando na Comissão de Segurança o direito de as pessoas terem segurança, a se sentirem seguras na Cidade. Discutiremos várias questões de segurança pública.

Tem a palavra o Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Sr. Presidente, antes de finalizar os nossos trabalhos, reiterando o que V.Exa. vinha dizendo sobre os órgãos que não compareceram, quero lembrar que na última reunião, na última sessão da nossa Comissão, quando estive presente a Secretária de Licenciamento, fiz uma observação: de que esse Governo não se preocupa com as nossas crianças. E, logo em seguida a minha observação, ela mudou de assunto, não deu muita atenção ao que eu disse e hoje está comprovado o que eu falei. Criança é assunto de adulto, não é assunto de criança. Hoje ninguém compareceu a nossa audiência pública.

Então, meus parabéns a todos vocês, que representam a educação na cidade de São Paulo e que vieram na nossa audiência pública. Parabéns ao nosso Presidente, ao

Vereador Toninho Vespoli, que brilhantemente representa a nossa Comissão.

Essas são as minhas considerações finais, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Quito Formiga. Agradeço a presença da Secretária Joane Vilela Pinto, dos Srs. Vereadores Quito Formiga e Toninho Vespoli, do Professor Valdir, nosso assessor técnico parlamentar e todos os presentes.

Não havendo mais nada a tratar, estão encerrados os trabalhos.